

Diário do Legislativo de 05/06/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - CONCURSO PÚBLICO

2 - ATAS

2.1 - 160ª Reunião Extraordinária

2.2 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Mesa da Assembléia

3.3 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - ERRATA

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO DE APOIO - BIBLIOTECÁRIO – CÓD. 301

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 3/2000:

Inscrição	Nome	Nota
44622	Anderson Moraes Abreu	66,00
64982	Aparecida do Carmo	60,00
379	Ariadne Antunes Vilaça Teixeira	72,00
251	Denise Maria Ribeiro Moreira	70,00

41097	Eliana Nunes Cunha	80,00
-------	--------------------	-------

4342	Elza Maria Gontijo de Magalhães Gomes	60,00
------	--	-------

48114	Evania das Gracas Faria Amorim	76,00
-------	--------------------------------	-------

48046	Geraldo Izaías Diniz	70,00
-------	----------------------	-------

2474	Gladys Carla Medeiros Oliveira	76,00
48539	João Batista Rodrigues	68,00
65031	Magna Lucia dos Santos	60,00
633	Marcia Meireles de Melo Diniz	66,00
875	Marcia Milton Vianna	70,00
2030	Maria Angelica Ferraz Messina Ramos	66,00
244	Maria Carmen de Paula Germano	78,00
42003	Maria Lucia de Lacerda Faria	70,00
46607	Marilia Faria Alves	76,00
44069	Miriam Cristina E. Pereira Quites	92,00
2880	Nathalia Cafezakis dos Santos	62,00
45366	Nilson Vidal Prata	82,00
147	Nivia de Almeida Lima	78,00
46002	Patricia Maria de Souza	68,00
41098	Rosilda Angélica Meira	86,00
1809	Silvania das Gracas da Silva	70,00
52027	Soteria Lucas Machado	68,00
44086	Vera Lucia de Azevedo	78,00
46008	Vera Lucia Justiniana P. Moreira	72,00
46107	Vilma Camelo Sebe	64,00
46432	Zuleide Ferreira Filgueiras	70,00

CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO DE APOIO - CONSULTOR

ÁREA I - CÓD. 501

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 5/2000:

Inscrição	Nome	Nota
44392	Adila Soares Andrade	62,00
51313	Aline Loreto Assis de Almeida	66,00
64544	Aloisio Alves Bie	62,00

2571	Amaury de Matos Rodrigues	72,00
45102	Ana Cristina Ribeiro Guimaraes	60,00
50396	Ana Paula Fonseca de Souza	68,00
1611	Ana Tereza de Freitas Quintao Americo	74,00
44385	Andrey Ribeiro Santos	64,00
43509	Arnaldo Francisco Penna	62,00
46422	Cintia Bayao Gomes	68,00
49604	Claudia Maria Botrel de Macedo	78,00
45213	Cynthia Vasconcelos Porto	66,00
64635	Daniela Nogueira de Almeida	60,00
615	Delze dos Santos Laureano	72,00
45519	Elexander Camargos Diniz	76,00
45121	Eliane Murta Diniz Starling	70,00
44521	Fernando Luiz da Silva Junior	76,00
40132	Flavio de Paula Campolina	68,00
67719	Hormino de Almeida Junior	70,00
41577	Karen Almeida Froner	70,00
50248	Leonardo Antunes Ferraz Fonseca	76,00
41966	Marilia Moreira Marques	60,00
44785	Marisa Bernadete dos Santos Dias Campo	60,00
47624	Nara Moreira Silva	60,00
49857	Paula Regina Cambraia	66,00
3361	Roberto Sorbilli Filho	74,00
606	Rosah Carone Costa Felizardo	64,00
65050	Silvia Marcia Murta S. Carvalho	66,00
44459	Wladimir Rodrigues Dias	70,00

ÁREA II - CÓD. 502

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 5/2000:

Inscrição	Nome	Nota
46482	Ageu Antunes Filho	74,00
46049	Eduardo Henrique de Campos Maia	70,00
46755	Emilio Augusto de Morces Galdo	62,00
68654	Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt	74,00
46158	Gabriel Teofilo Paixao	60,00
2350	Juliana Batista de Souza Franca	72,00
51146	Marcelo Aguiar Barbosa	64,00
40814	Marcelo Xavier Alves	60,00
315	Rafael Ferreira Rocha Monteiro	62,00
1534	Ronaldo Alves Nogueira	64,00
50126	Suzanne Bouchardet	60,00
3748	Wellington Afonso de Andrade	62,00
44278	Wilma Rodrigues Alves	72,00

CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO DE APOIO - CONSULTOR

ÁREA III - CÓD. 503

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 5/2000:

Inscrição	Nome	Nota
50178	Alexandre Couto Cardoso	64,00
50984	Andre Naves Alves	68,00
50040	Angela Beatriz Costa Camara	64,00
49823	Geraldo Henrique F. Campos	60,00
3659	Julio Cadaval Bede	62,00
50039	Maria Juliana Monteiro Albertini	60,00
2706	Mauricio Boratto Viana	66,00

48569	Nivaldo Caetano da Cunha	68,00
2875	Sergio Lafayette de Moraes	62,00
180	Wagner Rocha Mendes	68,00

CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO DE APOIO - CONSULTOR

ÁREA IV - CÓD. 504

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 5/2000:

Inscrição	Nome	Nota
50095	Ana Carolina Caldeira de Mendonca	74,00
44126	Anadeje do Carmo Diniz Araujo	64,00
46919	Magda Valeria Bonfim	74,00
41312	Marilia de Oliveira Assencao	84,00
47406	Marlene Aparecida B. Bicalho Melo	80,00
51034	Vania Figueiredo Costa	64,00

CONCURSO PÚBLICO - TÉCNICO DE APOIO - CONSULTOR

ÁREA VI - CÓD. 506

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.2 do Edital nº 5/2000:

Inscrição	Nome	Nota
49855	Adriana Maria Villela B. de Oliveira	62,00
56730	Antonio Luiz Nunes Salgado	64,00
50987	Ines Campos Duarte Pereira	60,00
577	Maria Regina Alvares Magalhaes	62,00
55323	Vladimir Drumond Pinto	60,00

CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO DE APOIO - TAQUÍGRAFO – CÓD. 801

RESULTADO DE PROVA – 2ª Etapa

Os candidatos a seguir relacionados foram aprovados na prova a que se refere o item 6.1.3 do Edital nº 8/2000:

Inscrição	Nome	Nota
-----------	------	------

49513	Adriana Agostini de Resende	68,16
49572	Adriana Valente Federico	90,40
41805	Amarildo Rodrigues de Oliveira	85,56
49528	Angela de Almeida Rezende	63,32
44110	Christiana Maria Alves Machado	65,92
50494	Daniela de Paiva Ferreira	92,96
2746	Deborah Maria Michielini de Larroquet	84,08
47759	Doralice de Sousa Lima	82,60
46284	Fernanda Oliveira Nacif	71,48
709	Flavio Lucio Crespo Ribeiro	77,40
49558	Francisca de Alencar Andrade	92,24
2708	Helma Clark Hattler	84,44
2233	Jeancely Cristiny Correia da Silveira	60,00
40008	Jose Ilege Cornelio Junior	68,88
47407	Junia Naves Dolabella Valle	80,00
50838	Leila Gandra Gomes	90,40
50496	Marcia de Paiva Ferreira	80,76
49530	Margareth Assis Lucena	84,44
47760	Maria Cristina do Amaral Rezende	62,24
3783	Maria Regina do Amaral Xavier	60,00
44419	Marina Carneiro Prates	92,60
4132	Rosana Cristina Wardil	80,36
49549	Tania Quintao de Lima	68,16
2320	Thais Maria Siqueira de Carvalho	84,08

CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA APROVADOS NA 2ª PROVA

EDITAL Nº 5/2000

TÉCNICO DE APOIO – CONSULTOR – ÁREA I - CÓD. 501

Inscrição	Nome	Nota
-----------	------	------

2571	Amaury de Matos Rodrigues	72,00
46422	Cintia Bayao Gomes	68,00

ATAS

ATA DA 160ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 30/5/2001

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): Inexistência de quórum qualificado para a votação de propostas de emenda à Constituição - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.397/2001; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2000; discurso do Deputado Miguel Martini; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.235/2000; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.250/2000; discurso do Deputado Sebastião Costa; questão de ordem; chamada para recomposição do número regimental; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aauto - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Benê Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria, na verdade, de usar este tempo para fazer uma saudação ao Deputado Ivair Nogueira, escolhido para Líder do PMDB. Gostaria de dizer da nossa alegria, pois reconhecemos no Deputado Ivair Nogueira um parlamentar atuante. Em nome da Minoria, gostaria de desejar ao Deputado Ivair Nogueira toda a felicidade e sucesso nesse encargo a ele atribuído. Ele, na Assembléia Legislativa, tem realizado um trabalho muito sério. Tive a oportunidade de estar na CPI do Sistema Penitenciário, junto com o Deputado Ivair Nogueira, que era o relator e constatei que ele fez um trabalho excelente. Desejo o mesmo sucesso ao Deputado, que assume a Liderança de uma bancada tão importante na Assembléia Legislativa. Muito obrigado e parabéns ao Deputado Ivair Nogueira.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum qualificado para a votação de propostas de emenda à Constituição, mas que há número regimental para a apreciação das demais matérias em pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 900/2000, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo da Mata o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permanecem como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 900/2000 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.397/2001, do Deputado Wanderley Ávila, que cria a Medalha Especial 500 Anos - Rio São Francisco. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Mesa da Assembléia opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.095/2000, do Deputado Rogério Correia, que dispõe sobre a utilização de programas abertos na administração pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos fazendo a discussão desse projeto do Deputado Rogério Correia, que é oportuno. Ele diz que a administração pública, em todos os níveis, os Poderes do Estado, as empresas estatais e de economia mista, as empresas públicas e todos os demais organismos públicos, privados, sob controle do Estado ficam obrigados a utilizar, preferencialmente, em seus sistemas e equipamentos de informática programas abertos, livres de restrição proprietária quanto a sua cessão, alteração e distribuição. Queremos, primeiro, elogiar o Deputado Rogério Correia por essa iniciativa e dizer que sou Presidente do Instituto Tecnológico de Informática Aplicada ao Legislativo - ITECLEGIS -, órgão criado quando era Presidente da UNALE. Esse instituto tem a função de criar uma alternativa, ou melhor, uma solução definitiva para o Poder Legislativo em primeiro lugar, mas também para a administração pública brasileira. Parece bastante ousada a proposta, mas ela é absolutamente viável. Há cerca de dois meses, estivemos em Brasília, na Câmara Federal, debatendo a questão do "software" livre ou acesso livre à informática, programas de informática abertos. Para nossa alegria, constatamos que o único sistema corporativo de informática livre era o sistema que apresentamos naquela conferência. Esse sistema foi criado pelo ITECLEGIS, órgão pertencente à UNALE. Se não me engano, o Deputado pode me confirmar, o Deputado Váler Pinheiro, do PT da Bahia, tem um projeto, tramitando na Câmara Federal, que obriga todos os órgãos da administração pública a utilizar o "software" livre, a informática livre, os programas abertos. O que significa isso? Significa uma grande economia e resolve um problema grave da

administração pública brasileira, porque, em todas as Casas Legislativas, em órgãos federais, estaduais e municipais, há uma grande quantidade de recursos destinados a esse fim, mas normalmente são mal empregados. Os pacotes de "software" são superfaturados e atendem por um período muito curto as necessidades desses órgãos. Veja que o próprio Ministério da Previdência, tendo necessidade de um programa de informática, foi ao mercado comprá-lo. Já ia pagar cerca de R\$1.000.000,00 por um programa que atenderia, de maneira quase insignificante, suas necessidades. Esse programa atenderia ao Ministério por um período máximo de um ano. Tomaram conhecimento de que nós, na UNALE, no ITECLEGIS, dispúnhamos de um sistema aberto, que tinha um suporte infinitamente superior ao que estavam contratando. Desistiram de comprá-lo e, numa parceria com o ITECLEGIS, com apenas R\$240.000,00, foram mais bem atendidos. A partir da base que já construímos, ele seria definitivamente a solução não só para o Ministério. Já celebramos um convênio com a Federação dos Municípios. Hoje, os mais de 5 mil municípios do Brasil já se beneficiam do sistema do ITECLEGIS. Já celebramos convênio com a UnB, que vai certificar todos os nossos sistemas e programas.

Mais do que isso, estaremos trabalhando com a equipe de pós-graduação da UnB, como uma atividade de sua especialização, para aprimorar ainda mais todo o sistema que já aprimoramos, porque está em sua quinta ou sexta versão. Então, um projeto como esse é extremamente interessante e precisa ser ampliado. A própria Assembléia Legislativa, que até hoje ainda não aderiu ao nosso programa de informática chamado SIG, já promove os primeiros entendimentos para adotar esse sistema. Trata-se de um sistema muito interessante porque é aberto, corporativo e permite que cada ente filiado, cada órgão, departamento, empresa, enfim, cada órgão do Estado ou do País que estiver associado, a partir dessa base que construímos, possa criar alguma coisa que será disponibilizada para todos os associados. Estamos trabalhando, por exemplo, com financiamento do Ministério da Previdência, na elaboração da folha de pagamento, que é o problema mais grave em todos os sistemas de informática. Já criamos o protocolo e estamos trabalhando de maneira cooperativa no Brasil inteiro para construir, por exemplo, o programa de processo legislativo. Esses estudos já estão bem avançados, e já temos nove Assembléias em todo o Brasil adotando o sistema criado por nós. Então, será um grande avanço a aprovação desse projeto e sua implementação pelo Estado, pelos municípios e por todos os organismos internacionais.

Quero também fazer uma denúncia grave. O Senado aprovou um projeto chamado INTERLEGIS, que disponibilizaria um programa para as Casas Legislativas estaduais e municipais, criando em cada Casa uma conexão com o Senado Federal. Através do INTERLEGIS, seriam interligadas ao Senado todas as Casas Legislativas municipais e estaduais. Em cada Assembléia Legislativa ou em cada Casa seria criada uma sala permitindo a realização de teleconferências. Para nosso espanto, soubemos que existem R\$100.000.000,00 destinados a esse programa. E, no Senado daquela mesma Dra. Regina que saiu envolvida na questão do painel, o PRODASEN, em vez de trabalhar na solução do problema, pegou uma parte desse dinheiro e foi construir um prédio em Brasília para um programa que não vai durar mais do que quatro ou cinco anos, jogando fora os recursos públicos.

Nós oferecemos nossos serviços para fazer uma parceria com eles porque, se eles tinham o "hard", tínhamos o "soft" e estávamos encontrando a solução. Mas não fomos aceitos porque o que oferecemos era de graça. E, para eles, o programa tem que custar dinheiro, porque têm que gastar R\$100.000.000,00. Então, vejam que essa questão é gravíssima e precisamos tomar providências a respeito. Para que tenham uma idéia do que está acontecendo, darei um exemplo. Se contratamos uma empresa para fazer um programa qualquer, e, dois ou três anos depois, essa mesma empresa sair do mercado, o que fazer com todo aquele dinheiro investido? Esse dinheiro será jogado fora. Mas, da maneira como estamos fazendo, o trabalho é permanente porque se trata de um sistema cooperativo.

Além de ser cooperativo, é um sistema corporativo, e a UNALE, através do ITECLEGIS, serve como centralizador e distribuidor de todas as inovações e os acréscimos que forem feitos. É um serviço que a UNALE, as Assembléias Legislativas e os Deputados Estaduais estão prestando a todo o Brasil, já com interesse de outros países da América Latina.

Achamos que, no dia em que a administração pública começar a adotá-lo, que for obrigatório, vamos acabar com uma ganância de dinheiro desnecessária e vamos chegar à solução para o nosso problema de informática.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela articulação e pelo entendimento que teve do projeto que apresentei na Assembléia Legislativa. De fato, V. Exa. já fez uma defesa até melhor do que o autor teria condições de fazer. Fico satisfeito que a UNALE esteja preocupada com isso.

Realmente, V. Exa. lembrou bem o caso da Assembléia Legislativa: até hoje não conseguimos dar esse passo, que significará um avanço nessa questão.

O projeto do Deputado Federal Válder Pinheiro, do PT, continua em andamento na Câmara dos Deputados e será uma possibilidade nacional de grande economia para a União.

Acho que Minas Gerais pode dar um passo significativo com a adoção desse projeto. Quando o apresentei, chegamos a promover - se não me engano, na Comissão de Administração Pública - uma audiência pública a que estiveram presentes representantes da PRODABEL, da PRODEMGE e da Assembléia Legislativa, para discutirem a viabilidade de se colocar em prática esse projeto e alterações. Foi unânime a opinião de que isso pode acontecer e de que o projeto de lei, certamente, serviria para isso.

Na verdade, significaria combater uma reserva de mercado muito grande que uma empresa como a Microsoft acaba realizando no mundo inteiro e aqui no Brasil também. Não saberia dizer quanto conseguiríamos economizar em Minas e também nacionalmente com a implantação desses programas livres, mas certamente seria muito, e com um programa que diria ser de melhor qualidade, porque não ficaríamos presos à rigidez de um programa que não pode ser alterado.

O Deputado Miguel Martini - Se me permite V. Exa., trabalharíamos o específico. Quando falamos de uma alternativa para as Casas Legislativas, temos uma especificidade. No comum, temos, por exemplo, folha de pagamento, que é comum para todos, mas processo legislativo é específico para nós.

Quero dar uma notícia: através de uma articulação nossa, a Polícia Militar de Minas já está em contato para se beneficiar desse sistema que criamos. E o que vai acontecer? A Polícia Militar, a partir dessa base, desse suporte que criamos, vai trabalhar a especificidade dela, que servirá também para as Polícias de São Paulo, do Paraná, dos outros Estados, mas é o específico, e a Microsoft não trabalharia isso.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Exatamente. Esses programas abertos acabam autorizando os usuários a ter o conhecimento e podem alterar a tecnologia que os possibilite funcionar.

O Deputado Miguel Martini - Pela Internet.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Pela Internet. Coisa que o sistema fechado da Microsoft não permite exatamente para que se tenha uma reserva de mercado com um produto extremamente mais caro.

A Comissão de Justiça o adequou para que tivesse constitucionalidade, e ele passou a ser um substitutivo. Pedimos a aprovação do substitutivo da Comissão de Justiça, que foi trabalhado pelo conjunto da Casa.

Queria agradecer ao Deputado Miguel Martini a defesa que tem feito do projeto. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Eu o faço por justiça, porque é algo em que tenho trabalhado há mais de quatro anos, desde que era Presidente da UNALE. Construímos uma modesta estrutura em Brasília. Temos hoje quatro salas na sede da UNALE exclusivamente dedicadas a isso.

Compramos computadores, contratamos técnicos que estão trabalhando nessa questão.

Para entender, basta enxergar o óbvio. Temos, no Brasil, 27 linguagens diferentes em termos de informática. Cada Assembléia trabalha com uma linguagem. Não conseguimos nos comunicar nem nos beneficiar com os avanços conquistados individualmente. O que fizemos, então? Criamos um padrão, por meio do qual todas elas podem interagir.

É como se fosse a construção de um prédio. A base - o subsolo, a garagem, a casa de máquinas, o suporte que é necessário para construir o prédio - foi feita. Sobre esse alicerce, pode ser construído um prédio de 27 andares, que correspondem aos 27 Estados brasileiros. Com isso, solucionaremos definitivamente o problema.

Isso é feito pela Internet, é acessível a todos e não tem custo. Se tivéssemos de cobrar, o valor seria de R\$5.000.000,00 a R\$6.000.000,00. Não cobramos nada. Disponibilizamos o serviço gratuitamente. A pessoa precisa, apenas, associar-se, pagando um valor quase insignificante. O que nos interessa é manter o vínculo: receber e distribuir informações e benefícios.

A solução é definitiva e vai sendo aprimorada a cada dia. Estamos chegando, também, a outros setores. A UnB, além de certificar todo o nosso sistema, está criando um programa de gestão de universidades, de que todas as universidades públicas do Brasil poderão beneficiar-se, tanto no aspecto geral quanto no específico. A alternativa para sairmos do monopólio da Microsoft é essa, e não outra.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - O Governo Federal gastou, no ano passado, R\$120.000,00 com a implantação e a compra de "software" livre, mas poderia ter gasto, apenas, R\$40.000,00. A economia teria sido de R\$80.000,00. Assim sendo, além de todas as vantagens apontadas por V. Exa., há a vantagem econômica.

Certamente, se o benefício estender-se a todos os Estados e municípios, a economia será significativa, e a quebra do monopólio da Microsoft proporcionará facilidade e qualidade ao trabalho.

O Deputado Miguel Martini - Não temos dúvida disso, Deputado Rogério Correia.

A Federação dos Municípios é associada a nós e já recebe o sistema. Trabalhamos de forma cooperativa. Suponhamos que o Ministério da Previdência precise de um programa específico para gerenciar a folha de pagamento ou os fundos de pensão e isso interesse, também, aos municípios e ao ITECLEGIS. Fazemos, então, uma triangulação, cada um entra com sua colaboração. Essa solução rápida, disponibilizamos para os outros órgãos.

Além de resolver o problema da administração pública e das Assembléias Legislativas, temos o melhor programa para os Deputados exercerem seus mandatos. É o que está previsto.

Quem está fazendo esse trabalho é o Dr. Marcelo, que trouxemos da Assembléia do Rio Grande do Sul, cujo pai foi Deputado, e ele, há 14 anos, trabalha com informática naquela Casa Legislativa. Conhece todas as dificuldades e todos os problemas que os parlamentares enfrentam. Pela habilidade que possui, tem encontrado soluções definitivas para resolvê-los.

Parabéns, Deputado Rogério Correia. Certamente, pedirei que toda a minha bancada vote favoravelmente a esse projeto, por seu alcance, pelos benefícios que irá gerar e por corrigir um dos graves problemas da administração pública, tanto a federal, quanto a estadual e a municipal. Parece-me que, no município, já existe um projeto com o mesmo teor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.095/2000 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.235/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que regulamenta o art. 297 da Constituição Estadual e dá outras providências, dispõe sobre a utilização integrada dos sistemas de informação das Polícias Militar e Civil. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto; as Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.250/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Estado de Minas Gerais a participar da implantação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, de que trata a Lei Complementar Federal nº 93, de 4/2/98. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados integrantes da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, senhores representantes da imprensa, senhoras e senhores, há momentos em que é necessário reconhecer alguma coisa que se faz de útil. Todavia, o que se lamenta, nessa fase, é a espera do Governo para tomar essa iniciativa. Já se sabe que a questão do Banco da Terra vem sendo discutida em outros escalões do Governo e, até, implementada por órgãos e entidades que já vêm operando essa questão de maneira razoável. Mas "antes tarde do que nunca". E, nesse aspecto, queremos, apenas, lamentar a demora da remessa dessa mensagem.

O Governo, ainda que tardiamente, tomou uma iniciativa que merece ser aprovada, porque o próprio poder público estadual passa a se somar a um contexto que vem produzindo frutos não com a amplitude necessária, mas numa direção positiva.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, que esta fase, em que podemos fazer um comentário mais abrangente, além da matéria em discussão, é uma oportunidade interessante para que o parlamentar aborde temas atuais, independentemente de estar restrito ao tema em discussão.

Aproveito o ensejo para comentar o conteúdo da entrevista do Governador do Estado do Paraná em número recente da revista "Isto É". Ele demonstrou que aquele Estado está um pouco à frente da maioria dos outros, mesmo porque a prioridade número 1 do Governo do Paraná é promover o crescimento econômico e o desenvolvimento do município, independentemente de picuinhas e divergências políticas. Nessa entrevista, o Governador Jaime Lerner coloca, de forma explícita, o seu ponto de vista com relação à energia elétrica. Segundo ele, o Governo Federal, antes de exibir o chicote e ameaçar, deveria anunciar à população o problema a ser enfrentado e conclamá-la a somar.

A colocação do Governo do Paraná revela não apenas a sensibilidade que um político deve ter diante de temas relevantes, mas sobretudo serve de alerta aos futuros governantes deste País: que tenham a população como parceira nas soluções, e não merecedora de penalidade.

Em determinadas circunstâncias, é necessário que haja humildade por parte de quem dirige, para reconhecer os próprios erros e, ao mesmo tempo, trazer a população, para que possamos juntos resolver as questões.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o momento era propício para fazer este comentário. Todos já devem ter conhecimento do conteúdo dessa entrevista. Trata-se de um tema de palpante atualidade, que deveria, mesmo, ser discutido por pessoas do gabarito do Governador do Paraná, que agiu previamente e, conscientemente, preparou o seu Estado, promovendo um exemplo de governo. É um exemplo a ser seguido por outros entes da Federação.

Voltando ao tema que me traz a esta tribuna, pode, até, parecer paradoxal: quero dizer que o PFL é favorável a esse projeto. Apenas lamentamos a demora, o senso de oportunidade, já que a matéria vem sendo implementada fora, mesmo, da órbita governamental.

Nem por isso poderíamos deixar de dizer que nem sempre o PFL está contra. Há circunstâncias em que o partido concorda, e, quando isso acontece, ele o faz de forma expressa. Estamos favoráveis, porque entendemos que há alguns meses o Governo do Estado deveria ter sinalizado nessa direção, e não queremos, agora, retardar a aprovação da matéria.

Vejo ao microfone o ilustre companheiro de bancada Deputado Paulo Piau, que, sendo um homem voltado para a questão rural do Estado, profundo conhecedor das questões agrárias e das dificuldades sociais que a falta de uma política definida para o setor agropecuário tem trazido ao País, naturalmente terá grande contribuição a dar neste momento. Concedo-lhe, portanto, a oportunidade de intervir nesta fase.

O Deputado Paulo Piau (em aparte)* - Agradecendo o aparte ao Deputado Sebastião Costa, Líder do PFL, gostaria de "pegar um gancho" nas sábias considerações de V. Exa., que diz que o projeto, na verdade, está com um pouco de atraso. Isso é verdade, mas é importante que a comunidade saiba dos motivos desse atraso. Temos o hábito de culpar quem está governando pelas mazelas que acontecem no País, mas devemos saber que são responsáveis por elas também quem está de fora do Governo. Neste caso específico, devemos dizer à população de Minas Gerais que, acompanhando o processo de implantação do Banco da Terra em outros Estados e em Minas Gerais, com esse atraso, identificamos que o retardamento nessa implantação deveu-se a uma pressão ao Governador, feita pelos movimentos de reforma agrária, que definitivamente não queriam a implantação do Banco da Terra.

Se bem administrado o projeto, acreditamos em sua efetiva realização e nos objetivos que poderão ser cumpridos, ajudando a melhorar a produção de alimentos em nosso país. Então, o que gostaria de falar é que esses movimentos, em seu aspecto mais radical, tentaram impedir a implantação desse projeto em Minas Gerais. Em outros Estados, como Paraná, Santa Catarina e Goiás, os Governadores o implantaram, apesar de os movimentos estarem agindo em todos esses Estados. Mas em Minas houve acolhimento dessa reivindicação, o que atrasou a implantação. O Governo Federal aí está, e alguns projetos do Banco da Terra já estão sendo implantados. Tive notícias de que, no Triângulo Mineiro e na Zona da Mata, onde estive ontem, algo já está sendo feito. E o projeto é muito interessante, porque, em vez de apenas essa pressão por invasões de terras e pela distribuição, que no fundo onera o Tesouro Nacional - porque a reforma agrária é responsabilidade do Governo Federal -, nesse caso há um compartilhamento entre Governo Federal, Governo do Estado e os municípios e a própria pessoa interessada em adquirir a terra.

Também gostaríamos de chamar a atenção para que, no que se refere a esse importante instrumento de ocupação da terra e de produção, o Governo não faça a bobagem que está fazendo com relação aos projetos de implantação da reforma agrária, porque onde não há política agrícola não há reforma agrária ou política agrícola que possa dar certo. E este país, lamentavelmente, ainda não tem os instrumentos de política agrícola definidos e consolidados.

Quando falo instrumento de política agrícola, refiro-me ao apoio que o Governo tem obrigação de dar à geração de conhecimento e tecnologia e também à transmissão dessa tecnologia, sobretudo aos pequenos produtores.

Estamos vendo a EPAMIG numa situação financeira difícil. Portanto, o Governo tem de ficar alerta para esse instrumento importante. A EMATER presta um trabalho importante em relação à transferência de tecnologia, mas carece de mais apoio do Governo do Estado. O IMA e a EMATER lançam mão dos municípios que já têm poucos recursos, porque a União lhes tomou todos os recursos. Projetos de financiamento são importantes para que o produtor tenha capacidade de explorar a terra e produzir com eficiência.

Quanto ao mercado, Deputado Sebastião Costa, é papel fundamental do Governo organizar os produtores para que possam, mesmo pequenos, agrupar-se para fazer a comercialização de sua produção de maneira ordenada e receber mais por esse produto, viabilizando uma pequena propriedade.

Nesse projeto, o Governo peca mais ainda em relação à infra-estrutura, porque ficam a cargo dos municípios as estradas vicinais. Isso encarece muito o frete.

Outro instrumento de política agrícola seria o treinamento e a capacitação desse trabalhador rural e desse produtor, que precisam ter competência para competir nesse mundo globalizado.

Somos favoráveis ao projeto de implantação do Banco da Terra, que possibilitará que os recursos do Governo Federal venham para o Estado de Minas Gerais. Embora atrasado, esperamos que esse seja um instrumento importante para a organização desse trabalhador rural que quer se transformar num pequeno produtor rural.

Esperamos que o Banco da Terra não seja jogado na vala comum de distribuição de terra, sem dar a retaguarda dos instrumentos de política agrícola. Seria retardar o processo da reforma agrária e jogar fora mais uma boa idéia. A reforma agrária tem que ser competente, mas o Governo insiste em fazer dela um instrumento que não chegará a lugar algum.

Esperamos que Minas Gerais possa, junto com o Governo Federal, organizar esse processo para que ele seja um instrumento de produção, e não, um instrumento de embromação da nossa sociedade.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradeço o aparte do Deputado Paulo Piau. Exatamente na linha do raciocínio que ele desenvolveu, estava caminhando na direção da idéia da inexistência de política agrícola neste País. Distribuir terras não é fazer reforma agrária. Reforma agrária é distribuir a terra com infra-estrutura, com preço definido do produto, para que de fato haja produção, senão, será um processo de doação de patrimônio sem, contudo, atingir o real objetivo, que é fixar na terra o cidadão que dela tira o seu sustento.

O Deputado João Batista de Oliveira (em aparte) - Caro Deputado Sebastião Costa, gostaria de agradecer a V. Exa. a oportunidade de falar sobre esse assunto. Na Comissão de Agropecuária, que, pela segunda vez, tenho a honra de presidir, já discutimos esse assunto.

E fica claro que existem várias frentes, e uma delas é o Banco da Terra. Assim como há pessoas que querem financiar um imóvel para residir na cidade, existem as que querem fazê-lo para residir e trabalhar no interior. Esse financiamento ao pequeno produtor é de muita importância. Pode não ser a alternativa que o MST deseja, mas o fato de esse movimento não a desejar não a invalida. Temos de trabalhar muito para que, nos assentamentos feitos pelo MST, as pessoas se tornem pequenos produtores rurais, que se organizem em cooperativas e que possam produzir.

Mas sentimos que existe uma resistência de algumas lideranças do MST, que preferem ser tuteladas pelo Estado, preferem ficar dependendo dele toda a vida. E sabemos que o trabalhador do meio rural, que tem as mãos calejadas e a pele rústica de tanto tomar sol, não quer viver de favor, de esmolas. Quer ter a sua terra doada pelo Governo ou comprada com financiamento do Banco da Terra, quer ser independente para trabalhar com dignidade, produzir, pagar suas contas e criar sua família.

Queria defender o Banco da Terra como uma alternativa e dizer que é lamentável que hoje o Governo Federal gaste aproximadamente R\$40.000,00 para fazer o assentamento de uma família de sem-terras e que, por menos que isso, o Banco do Brasil esteja levando a leilão sítios de pequenos produtores rurais que não conseguiram pagar uma dívida de R\$10.000,00. O Governo gasta R\$40.000,00 para assentar um, às vezes até sem saber se ele tem vocação, e despeja um vocacionado, que nasceu e "quebrou" trabalhando naquela terra. É importante que se tenha a visão para preservar aqueles que por amor à terra ainda estão trabalhando nela. Temos que trazer novas pessoas para a terra, ou através de doações ou através do Banco da Terra, e salvar aqueles que nela já estão, porque junto destes é que os novos terão motivação para trabalhar.

Temos viajado pelo Estado e assistido a isso. No Jaíba, o Governo do Estado de Minas Gerais, através da Procuradoria, está executando produtores rurais que eram devedores da MinasCaixa. A instituição fechou, recebeu o Pró-Agro, que é o seguro agrícola, mas, como já o recebeu como massa falida, a dívida está sendo cobrada dos produtores rurais de Manga, na região do Jaíba. É preciso chamar a atenção para isso, porque o Governo do Estado também está despejando produtores rurais que pagaram suas dívidas. Só que pagaram para uma instituição falida, e agora a massa falida, que o Estado administra através da MGI, parece-me, os está executando por intermédio da Procuradoria do Estado.

Por um lado, então, o Governo do Estado e o Federal, para colocar uma cortina de fumaça para a sociedade, está fazendo assentamentos às pressas, mas está despejando trabalhadores que trabalharam 20, 30, 40 anos, pagaram suas contas e levaram calote nesses pagamentos. E agora o Governo promove o desassentamento de quem já nasceu assentado.

Essa é uma contradição que temos de combater. E discutir o Banco da Terra é chamar todas essas mazelas para serem debatidas nesta Casa, a fim de que o Governo tome atitudes dignas e que respeite aqueles que ainda ousam - quero usar essa palavra, Deputado - ser produtores rurais. É uma ousadia querer ser produtor rural no Brasil hoje, porque tudo está caminhando para se acabar com a produção rural. Tudo está caminhando para que as grandes empresas do Brasil comprem uma novilha nelore por R\$840.000,00 num leilão, mas sejam financiadas com o dinheiro da indústria, dos Bancos, e não, com o suor dos trabalhadores, enquanto o trabalhador rural não consegue pagar uma conta de R\$5.000,00, que fez para plantar uma roça de milho.

Quando ele vai pagar, a roça de milho não dá para fazer o pagamento do recurso que ele pegou emprestado. Então, é importante clarear isto: a grande propriedade, hoje, está na mão de industriais, de banqueiros, de grandes comerciantes, pessoas que possuem grandes fortunas fora do meio rural. Aparentemente, todo o mundo está rico, no interior, e estão todos falidos. O interior do Brasil está virando um deserto, por falta de política. Queria cumprimentá-lo por trazer esse tema a esta Casa.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradeço ao Deputado João Batista. Ratificando o que ele disse, chega a ser um contra-senso desenvolver um programa de assentamento de produtores na terra sem saber se a pessoa tem tradição no ramo, destituindo das pequenas propriedades rurais os que lá estão ou os que têm tradição familiar. Eu sou da zona rural, conheço perfeitamente essa questão. Há pequenas propriedades que passam de pai para filho. Em uma ocasião, quando ainda atuava na advocacia e acompanhei um colega durante uma sustentação oral em um caso de execução perante um dos tribunais do Poder Judiciário de Minas Gerais, alguém, pelo lado do exequente, que, naturalmente, era um Banco, disse que o valor do imóvel era muito pequeno, que representava muito pouco diante da dívida. Naquele processo de defesa, o profissional que acompanhava deu a seguinte definição: o valor da causa não deve ser atribuído pelo que ela representa em valor pecuniário, mas pelo que ela representa em sentimento para o autor ou para o réu. Naturalmente, para quem recebeu de herança uma pequena propriedade rural e tem uma lembrança positiva dos seus pais, dos seus ancestrais, o valor da terra não era representado pelo valor pecuniário, mas pelo valor sentimental. A vocação da pessoa para residir na zona rural deveria ser considerada, primeiro, tentando-se dar condições ao que lá está para que permaneça na terra. Essa seria a primeira iniciativa, para que não venham para os aglomerados urbanos, como aconteceu com a concentração de renda em algumas cidades que foram industrializadas, estimuladas por incentivos de Governos. Depois, as pessoas vieram morar ali sem nenhuma vocação urbana. Sua vocação era inteiramente para o meio rural, onde a moradia é mais espaçosa, não é delimitada, e as condições da entrada da casa não são as mesmas do perímetro urbano. Naturalmente, o cidadão que é da zona rural traz os seus hábitos quando vem para a cidade. Pode acontecer - e aconteceu ao longo do tempo - que os Governos desenvolvam uma política para promoção pessoal ou do próprio Governo, mas não, a política consistente, que seria manter no interior quem já está lá. Se tivéssemos hoje uma política agrícola definida, em que o café tivesse acompanhado o preço de mercado de três anos atrás, quando chegou a ter o valor de US\$100,00 por saca - hoje ela não chega ao valor de US\$45,00 -, se naquela oportunidade tivesse havido uma definição, hoje os moradores urbanos sem opção de trabalho teriam a consciência de que, morando na zona rural, teriam melhor condição de vida.

Mas, do jeito que as coisas estão sendo encaminhadas, o Brasil já tem hoje, na sua população urbana, mais de 70% da população geral; pode ter, dentro de pouco tempo, com o Banco da Terra, com política de reforma agrária, sem reforma agrária, um número maior. Uma coisa é certa: o ser humano tem de migrar para onde há mais perspectiva de vida. O Governo Federal e o Governo Estadual têm de ter uma política agrícola definida. Eles precisam definir a vida do cidadão dentro de uma programação. Sou testemunha da notícia que o Deputado João Batista traz, porque no interior muitas pessoas ainda me procuram, já que advoguei muito tempo nessa área. Mas está acontecendo hoje o inverso: o Governo executa produtor rural, que tem vocação, que tem tradição, que vive da terra, que não sabe outra coisa, que já passou dos 40 anos, enfim, que não tem mais perspectivas no mercado de trabalho. No entanto, diz que está agindo, que está fazendo reforma agrária, mas os Bancos oficiais, os órgãos de Governos Estaduais promovem execução de produtores rurais, de pequenos sítios.

Ao vir a esta tribuna manifestar-me favoravelmente à aprovação dessa matéria, quero dizer que ela não é solução, mas, pelo menos, sinaliza na direção do que venho defendendo há mais tempo.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa* - Sr. Presidente, quero lembrar a V. Exa. que não temos número para aprovar uma matéria de tamanha importância. Embora todos sejamos favoráveis, necessário se faz um quórum mínimo para sua aprovação. Não havendo Deputados em Plenário, solicito-lhe que determine o encerramento da reunião, para que essa matéria possa ser discutida na parte da tarde, quando estaremos defendendo sua necessidade, sua importância. Apenas lamento a demora na remessa da mensagem a esta Casa. Assim sendo, solicito-lhe que encerre a reunião, para permitir que eu e outros parlamentares prossigamos, na parte da tarde, a discussão da matéria, que está trazendo, como muito bem lembrou o Deputado João Batista, estímulo para torná-la mais abrangente, considerando-se que a questão não é apenas o Banco da Terra, mas uma política de governo, que ainda não temos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 16 Deputados. Não há número suficiente para a continuação dos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 62ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Chico Rafael, Jorge Eduardo de Oliveira e Mauro Lobo (substituindo este ao Deputado Kemil Kumaira, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Chico Rafael, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauro Lobo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e, a seguir, procede à leitura da correspondência que consta de 31 (trinta e um) ofícios de Prefeitos Municipais, Presidentes de Câmaras Municipais, Presidentes de cooperativas e de sindicatos, encaminhados ao Presidente desta Casa, parabenizando e empenhando apoio ao Governo do Estado e à Diretoria do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo de combate à febre aftosa, à brucelose, à raiva bovina, a abates clandestinos, em favor da preservação do meio ambiente no Estado. Foi feita ainda a leitura do Ofício nº 10/2001, da Presidente da Associação dos Servidores do IMA - ASSIMA -, que encaminha pauta de reivindicações dos servidores dessa entidade e solicita apoio da Comissão para seu atendimento. Encerrada a 1ª Parte da reunião, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. A Presidência submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 2.177/2001, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.188/2001, do Deputado Doutor Viana, sendo eles aprovados. São aprovados, também, requerimentos dos Deputados: João Batista de Oliveira em que solicita presença dos membros da Comissão na 43ª Festa do Milho, em Patos de Minas, nos dias 23 e 24 de maio corrente; Marco Regis em que solicita realização de audiência pública da Comissão em conjunto com as Comissões de Saúde e de Meio Ambiente e Recursos Naturais para debaterem as consequências do uso de agrotóxicos na agricultura e o controle natural de combate às pragas agrícolas em Minas Gerais; e do Deputado Carlos Pimenta em que a solicita realização de debate, com a participação de representantes da CODEVASF, Prefeitos, Vereadores e lideranças políticas dos Municípios de Januária, Itacarambi, Manga e Matias Cardoso, com o objetivo de discutirem alternativas para os pescadores do baixo São Francisco. Cumprida a finalidade da reunião, e nada mais havendo a ser tratado, a Presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2001.

João Batista de Oliveira, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - Paulo Piau.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 251ª reunião ordinária, EM 5/6/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 1.815/2000, do Deputado Alberto Bejani, em que pede sejam solicitados ao Secretário da Saúde esclarecimentos sobre a propaganda, veiculada na imprensa pelo Governo de Minas, relativa ao Programa Saúde da Família, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.825/2000, do Deputado Mauro Lobo, em que pede seja solicitado ao Governador do Estado que informe os motivos que estão impedindo os mutuários que celebraram contratos de financiamento habitacional com a extinta MinasCaixa e a COHAB-MG até 31/12/87 de quitarem seus financiamentos com 100% de desconto, nos termos da Medida Provisória nº 1981-52. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.828/2000, do Deputado Rogério Correia, em que pede seja solicitado ao Presidente da COMIG que efetue levantamento das atividades mineradoras efetuadas na serra de Catas Altas, no município do mesmo nome. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.852/2001, da Deputada Elaine Matozinhos, em que pede seja solicitado à Secretaria da Fazenda que informe os motivos de o Estado ter-se posicionado contrariamente à isenção do ICMS para taxistas na aquisição de veículos novos; e que proceda à revisão da decisão. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.854/2001, do Deputado Durval Ângelo, em que pede sejam solicitadas ao Poder Executivo informações sobre o contrato de comodato entre o Estado e o América Futebol Clube, cujo objeto é o Estádio Independência, localizado nesta Capital. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.856/2001, do Deputado Pastor George, em que pede sejam solicitadas ao Secretário de Indústria e Comércio informações sobre as atividades dessa Pasta referentes ao desenvolvimento da indústria e do comércio no atual Governo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.863/2001, do Deputado Alberto Bejani, em que pede sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações a respeito de isenções de pagamento nas contas de energia elétrica, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.876/2001, da Comissão de Política Agropecuária, em que pede sejam solicitadas ao Diretor-Geral do IEF e ao Comandante da Polícia Militar Florestal informações sobre os critérios e procedimentos que determinam a aplicação de multas de natureza ambiental, além de outras que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.884/2001, do Deputado Anderson Adatao, em que pede sejam solicitadas ao Governador do Estado informações sobre os imóveis que especifica, inclusive sobre o valor de cada um deles, que serão dados em pagamento de parte da dívida contraída pelo Estado junto ao Sindicato da Indústria da Construção Pesada. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.909/2001, do Deputado Pastor George, em que pede sejam solicitadas ao Presidente do Conselho de Segurança Alimentar informações sobre propostas de viabilização de projetos para o vale do Jequitinhonha. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 28/2000, do Procurador-Geral de Justiça do Estado, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 15, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1, 2, 13 e 15, da Comissão de Justiça, e as Emendas nºs 16 e 25, que apresentou; e pela rejeição das Emendas nºs 3 a 12 e 14, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 25. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, ficando prejudicada a Emenda nº 26.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 498/99, da Comissão de Política Agropecuária, que dispõe sobre as políticas florestal, de proteção à biodiversidade e de uso alternativo do solo no Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Política Agropecuária opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 a 11, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 2 a 11, apresentadas pela Comissão de Política Agropecuária, e as Emendas nºs 12 e 13, que apresentou; e pela rejeição da Emenda nº 1. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 14.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais - PROMEL - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma

do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.414/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Santos Dumont, sob a forma de doação, o imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.415/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que menciona ao Município de Caxambu. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 923/2000, do Governador do Estado, que estabelece o processo de produção da Cachaça de Minas. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA, A REALIZAR-SE ÀS 17 HORAS DO DIA 5/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.140/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 2.151/2001, da Comissão de Direitos Humanos; 2.152/2001, da Comissão de Defesa do Consumidor; 2.189/2001, do Deputado Fábio Avelar; 2.194/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; 2.198/2001, da Comissão de Administração Pública; 2.213/2001, do Deputado João Leite; 2.214/2001, do Deputado Márcio Cunha; 2.222/2001, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.240/2001, do Deputado Alberto Bejani.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 69ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 5/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.439/2001, do Governador do Estado; 1.488/2001, do Deputado Ivair Nogueira; 1.492/2001, da Deputada Maria Olívia; 1.498/2001, do Governador do Estado; 1.513/2001, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.520/2001, de Bancada do PT; 1.527/2001, do Deputado Antônio Júlio; 1.533/2001, do Deputado José Braga; Projeto de Resolução nº 1.538/2001, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.494/2001, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 769/99, do Deputado Marcelo Gonçalves; 1.446/2001, do Deputado Pastor George; 1.551/2001, do Deputado João Leite; 1.552/2001, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 70ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10:00 horas do dia 6/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realização de audiência pública para debater a situação dos serviços prestados pela TELEMAR, tendo em vista o grande número de reclamações feitas por usuários junto aos órgãos de defesa do consumidor de Belo Horizonte.

Convidados: Srs. Cláudio Peret Dias, Secretário-Geral da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG; Lúcia Maria dos Santos Pacífico Homem, Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais - MDC -; Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp, Coordenador do PROCON Municipal de Belo Horizonte; Paulo Calmon Nogueira da Gama, Secretário Executivo do PROCON Estadual, e Ivan Ribeiro de Oliveira, Diretor-Superintendente da TELEMAR.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 64ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.025/2000, do Deputado Rogério Correia.

Finalidade: realização de audiência pública para discutir o impacto, as conseqüências, as alternativas referentes ao regime de cotas e ao corte de energia que poderá ocorrer no meio rural, tendo em vista as resoluções da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - CGE.

Convidados: Srs. Ronaldo Scucato, Presidente da OCEMG; Djalma Morais, Presidente da CEMIG; Marco Túlio de Melo, Presidente do CREA-MG; José Pereira Filho, Presidente da CCPR; Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG; Vereadora Lúcia Pacifico Homem, Presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais - MDC-; Célia Mara Azevedo Gonçalves, Gerente Executiva da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas - ABIMAQ-; Wilson Luiz da Silva, Presidente da FETAEMG; Caio Júlio César Brandão Pinto, Presidente da RURALMINAS; Alberto Adhemar do Valle Júnior, Presidente do SILEMG; Manoel Otoni Neiva, Diretor-Presidente da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina; Rodrigo de Almeida Pontes, Presidente da SMEA; Antônio Lima Bandeira, Presidente da EMATER-MG; Luiz Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato do Alcool e Açúcar do Estado de Minas Gerais - SIAMIG; e Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 73ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 6/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir os requisitos de segurança para circulação de veículos que transportem produtos siderúrgicos, entre eles bobinas de aço.

Convidados: Transportadora Dionello; Usiffast Expresso Santa Luzia; Torad Transportes Industriais Ltda, Empresa Transportes Asa Branca; Expresso Figueiredo Ltda; Transportes São Geraldo S.A.; Ibor Transportes Rodoviários Ltda; Transportadora de Produtos Siderúrgicos; Transportadora Júlio Simões; ANR Transportadora Ltda; Rodoviário Líder S.A., Mita Transportes Ltda; Delegado Guilherme Bravo, do DETRAN; Inspetor Homero Lima, Chefe de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal; Diretor do DER-MG; Major Teixeira, do Corpo de Bombeiros de Belo Horizonte; Paulo Ademar Souza Filho, Perito do Instituto de Criminalística; Delegado da Polícia Federal em Minas Gerais; Jackson Versiana Murta; Antônio Wanderley Matos; Manoel José Pereira; Jorge Boas de Aquino.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 56ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 6/6/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.278/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.280/2001, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Finalidade: apreciar matéria constante na pauta e ouvir convidados.

Convidados: representantes da Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade -AMPAQ-, representantes do Instituto Brasileiro da Cachaça - IBCA- e o Sr. José Lúcio Mendes Ferreira, Diretor da Obra Prima Eventos e Produções Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 5/6/2001, com a finalidade de se receber o Sr. Murílio Hingel, Secretário da Educação, que fará explanação sobre o número excessivo de alunos nas salas de aula das escolas estaduais.

Palácio da Inconfidência, 4 de maio de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ivair Nogueira, Anderson Adauto, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada

Comissão, para a reunião, transformada em audiência pública, a ser realizada em 5/6/2001, às 14 horas, no Teatro da Assembléia, para a demonstração e avaliação do Poder Executivo no que diz respeito ao o cumprimento das metas fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2001, atendendo ao que determina o § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, e para se discutirem e votarem proposições da Comissão. Convidados: Srs. José Augusto Trópia Reis, Secretário da Fazenda, e Mauro Santos Ferreira, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2001.

Mauro Lobo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselheiro Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Edson Rezende, Antônio Carlos Andrada e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 6/6/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se realizar a arguição pública da Profa. Maria Aparecida Carvalhais de Oliveira, indicada para integrar o Conselho Estadual de Educação, e de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2001.

Maria José Haueisen, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Elbe Brandão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Direitos Humanos; Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro, Doutor Viana e Ermano Batista, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 11/6/2001, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, a pedido do Deputado Luiz Tadeu Leite, a viabilidade jurídica, econômica e social das chamadas rádios Comunitárias. Convidados: Srs. Pimenta da Veiga, Ministro das Comunicações; Arlindo Porto Neto, Francelino Pereira dos Santos e José Alencar Gomes da Silva, Senadores; Deputados Federais por Minas Gerais; Fernando Antônio França Pádua, Gerente Regional da ANATEL; Roberto Camargo Scalize, Superintendente Regional da Polícia Federal em Minas Gerais; Paulo Fernando Silveira, Juiz de Direito aposentado; José Gonzaga de Souza, Presidente da Confederação das Fundações e Entidades Educativas e Comunitárias das Rádios e TVs do Brasil - CONFERT - BRAS -; José Guilherme, Presidente da Associação Brasileira de Rádios e TVs Comunitárias; Décio Zandonade, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte; Ozeas Ferreira dos Santos, Presidente da Associação Nacional Evangélica de Rádios Comunitárias - ANERC -; Claudemir José de Melo, Presidente da Rádio Alternativa; Lezir Inês Dutra, Presidente da Rádio Prioridade; José Maria Valadares, Presidente da Rádio Popular.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2001.

Edson Rezende, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

248ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 29/5/2001

O Deputado Ambrósio Pinto - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, funcionários presentes nas galerias, gostaria de dizer-lhes que este Deputado está totalmente de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, apresentada, com muita justiça, por nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, para corrigir erro gravíssimo do Estado. Contem com nosso voto.

Enquanto todo o território brasileiro vive o pesadelo do racionamento de energia elétrica, devido, principalmente, à escassez de investimentos no setor, por parte do Governo Federal, a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina tem pronto e aprovado um programa de construção de oito pequenas centrais hidrelétricas e uma usina hidrelétrica de porte médio até 2004.

Além disso, a concessionária que atende 67 municípios da Zona da Mata mineira prevê a instalação de duas usinas termelétricas: uma em Juiz de Fora e outra no Estado de Sergipe, envolvendo recursos da ordem de R\$500.000.000,00.

Esses projetos permitirão ao Sistema Cataguases-Leopoldina elevar sua capacidade própria de geração de energia sobre suas vendas dos atuais 7% para cerca de 34%.

Tal notícia deve ser comemorada com grande entusiasmo, principalmente porque representa medida na contramão do fantasma do apagão.

Contudo, as ações da Cataguases não param por aí. Prevendo a crise, que atualmente deixa a população em estado de alerta, aquela concessionária concluiu recentemente as usinas de Cachoeira do Emboque, em Raul Soares, Ervália, entre os Municípios de Ervália e Guiricema, e Benjamim Mário Baptista, construídas em prazos recordes em 1998, 1999 e 2001, respectivamente. A primeira em 18, a segunda em 13 e a terceira em menos de 12 meses.

Empresa tradicionalmente mineira, em fase de expansão, a Cataguases possui, como estratégia, a aquisição de novas concessões. De 1997 para cá, adquiriu a administração de outras quatro companhias: a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, a Empresa Energética de Sergipe, a Companhia Energética de Borborema e, recentemente, a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, ambas no Estado da Paraíba, totalizando 1.555.000 consumidores, atingindo uma população de 6.250.000 pessoas, em 353 municípios.

Todas essas considerações fazem-se necessárias porque, desde o meu primeiro mandato, venho trabalhando em conjunto com os municípios da Zona da Mata, em especial com a Comarca de Visconde do Rio Branco, onde fui o candidato a Deputado Estadual mais votado, a qual envolve aquela cidade, São Geraldo e Guiricema, todos servidos pela Cataguases.

As nossas lideranças da região são unânimes em afirmar que os serviços daquela concessionária são considerados exemplares. Queremos, portanto, deixar registrado nos anais desta Casa o nosso respeito e consideração por essa importante empresa da Zona da Mata mineira.

Esse é um exemplo que deveria ser seguido pelo Governo Federal, pois evitaria essa situação caótica que o País atravessa, incluindo o racionamento, os apagões, as multas e os cortes de energia.

Parabéns, Cataguases. É a iniciativa privada dando o exemplo para o setor público. Essa situação, infelizmente, deveria ser inversa. Obrigado.

A Companhia Cataguases realmente é um exemplo para o Estado de Minas Gerais. Esperamos que esses grandes empreendedores continuem nessa linha que o nosso Governo deixou de seguir, levando-nos a esse caos.

O Deputado João Pinto Ribeiro (em aparte)* - Congratulo-me com V. Exa., que examina os assuntos do Estado com a maior seriedade. Alio-me a V. Exa. quando faz referência aos investimentos na área da energia. Chegamos a essa situação por falta de maior planejamento do Governo Federal e de maiores investimentos nesse setor. Portanto, cumprimento V. Exa. Imagino que as pessoas que dirigem este País estejam agora sendo mais ágeis, reservando recursos para a construção de pequenas usinas, para que o povo não passe aperto com ameaças de apagão e de tudo o mais. Parabéns.

O Deputado Cristiano Canêdo (em aparte) - Faço coro com as suas palavras de elogio à Companhia Cataguases - Leopoldina. Sou do Município de Muriaé, Zona da Mata, que é servido por essa companhia há mais de 70 anos. Dispomos de um serviço exemplar e assistimos ao crescimento dessa empresa. Grande parte da Zona da Mata é assistida por essa companhia, com eficiência. Pudemos assistir ao seu crescimento com a construção de usinas hidrelétricas. O seu Presidente, Ivan Botelho, há muitos anos, já anunciava a questão da crise energética que o País poderia enfrentar e iniciou a construção de pequenas usinas hidrelétricas, entendendo que isso seria mais econômico e mais produtivo, obtendo-se melhores resultados energéticos do que a construção de grandes usinas.

Em nossa região temos, em Muriaé, a Usina do Glória, temos usinas em Ervália, em Matipó e outras sendo construídas. Além disso, a Companhia Cataguases-Leopoldina desenvolve grande trabalho na área social e cultural, incluindo a defesa do patrimônio histórico da região, através da Fundação Cultural, com recursos do ICMS que constam na Lei de Incentivo à Cultura e da Lei Rouanet. Neste momento, em que o País atravessa sua mais grave crise energética, temos empresas privadas que têm planejamento eficaz, dando exemplo para toda a Nação, como é o caso da Cataguases-Leopoldina.

O Deputado Ambrósio Pinto - Exatamente por isso não poderíamos deixar de citar, como exemplo para o País, a Companhia Cataguases-Leopoldina.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Sr. Deputado, registramos nossa satisfação ao ouvir as palavras de V. Exa. A Cia Força e Luz Cataguases-Leopoldina é empresa da maior tradição no setor energético e tem cumprido, ao longo do tempo, seu papel, com muita dignidade, trabalho e participação. A Companhia tem investido também na área social e cultural, em benefício da nossa juventude. V. Exa., que também trabalha na Zona da Mata, valoriza a Companhia, que tem como Presidente de seu Conselho Administrativo o Dr. Ivan Botelho, filho do saudoso Deputado Federal Ormeu Botelho Junqueira, que também prestou relevantes serviços a Minas e ao Brasil, inclusive instalando uma usina hidrelétrica no Município de Leopoldina.

V. Exa. mencionou, em seu discurso, o nome da Companhia Cataguases, mas fazemos questão de dizer Companhia Cataguases-Leopoldina, apesar da salutar rivalidade existente. Ambos fazemos política naquela região, mas o Deputado majoritário sou eu, e meu grupo não me perdoaria se ficasse omissos neste momento. E nisso não há nada de mais. V. Exa. é um grande Deputado e reconheço que, eventualmente, somos adversários em algumas cidades, mas temos os mesmos compromissos: de trabalho, de valorização da Zona da Mata e da região sul mineira.

O Deputado Ambrósio Pinto - Deputado Bené Guedes, isso é o importante: a valorização da política, do trabalho que realizamos. Digo isso a V. Exa. e ao Deputado Cristiano Canêdo, que são os maiores conhecedores do que estou dizendo neste Plenário. Não poderíamos deixar de levar palavras de elogio e nos espelhar na Cia. Cataguases-Leopoldina, que é um exemplo para Minas e para o Brasil. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que aguardam a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39. Estivemos na reunião do Colégio de Líderes, agora, tratando dessa questão e, no momento certo da reunião, com o número de Deputados necessário, votaremos essa questão.

Nesta tarde, queria pedir aos colegas que não me apartassem, pois trago denúncia da maior gravidade à tribuna da Assembléia Legislativa. É o que chamo da pasta cinza da Prefeitura de Belo Horizonte.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, neste País, a pirâmide do poder assenta sobre o vértice, em vez de assentar sobre a base.

Argumentavam alguns com a possibilidade de corrupção. Mas era o povo quem estava corrompido? Lessem os orçamentos e os balanços, examinassem os contrapontos... O povo não faz estradas com garantias, não tem companhias de navegação, não cuida de contratos administrativos.

Começo este discurso citando José Bonifácio, o moço.

Referia-se o ancestral do nosso colega Antônio Carlos Andrada, em pronunciamento no dia 28/4/79, às dificuldades para ampliar o direito de voto nos tempos do Império. Defensor do voto do pobre e do analfabeto, abolicionista que morreu antes da Lei Áurea, este segundo José Bonifácio de Andrada e Silva mostrava, já naquele tempo, que a corrupção vem de quem "faz estradas com garantias", "tem companhias de navegação" ou "cuida dos contratos administrativos".

Mais de 100 anos se passaram. Quase tudo mudou. O vertiginoso progresso, sobretudo tecnológico, assustaria o brilhante parlamentar do século XIX.

A fonte de onde se origina a corrupção, entretanto, seria facilmente reconhecida, porque não mudou. Basta atualizar a linguagem: as empreiteiras "fazem estradas com garantias"; as empresas de transporte o que são senão "companhias de navegação"? As centenas de siglas de autarquias e órgãos governamentais, tais como SUDENE, SUDAM, SUDECAP, FHEMIG, BHTRANS, DNER, ADEMG, freqüentam constantemente as páginas da imprensa com suspeitas de suborno, de desvio de verbas, de malversação do dinheiro público e de outras formas de corrupção. Elas é que "cuidam dos contratos administrativos".

Certamente o grande tribuno do Império acrescentaria hoje o sistema financeiro, tanto nacional como internacional, ao seu rol de corruptores. Mais, combateria, como tem feito, com desassombro, o Senador Pedro Simon, a falsa compreensão de que criminoso é somente quem deixa se corromper, ficando imune o corruptor ativo. Este, às vezes, é até condecorado e premiado pelos seus êxitos empresariais e pelo sucesso de sua empresa e pela modernidade de seus métodos gerenciais.

Ocupei esta tribuna no dia 22 de fevereiro para denunciar o procedimento fraudulento da licitação SP 113/00-DO-080, da SUDECAP, cujo objeto era a "execução de serviços e obras do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha" e é a maior de toda a história da Prefeitura de Belo Horizonte. Mais de R\$74.000.000,00. Saiu vencedora - como estava previsto e foi "profetizado" com muita antecedência, em anúncios cifrados, nos jornais "Correio Brasileiro" e "O Tempo", de Betim - a Construtora Andrade Gutierrez.

Trouxe, naquela ocasião, ao conhecimento desta Casa, o teor da representação que o Deputado Miguel Martini fez ao Ministério Público sobre o assunto. Mesmo alertada pelo Ministério Público sobre a representação e os indícios de fraude, a PBH assinou contrato com a empresa vencedora da licitação sob suspeita.

É de conhecimento público - e é do conhecimento dos administradores de nossa Capital - que tramitam, no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público, processos instaurados a partir do relatório da CPI municipal que apurou irregularidades em obras públicas aqui realizadas, notadamente a duplicação do túnel da Lagoinha, a retirada de aguapés da Lagoa da Pampulha, a instalação do sistema de trólebus e a canalização do ribeirão Arrudas.

Essa comissão, que coincidiu com a CPI do Orçamento, em nível federal, apresentou seus resultados, como era do seu dever, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado no ano de 1994, assinados pelo então Presidente da Câmara Municipal, hoje Deputado Estadual, Amílcar Martins.

Entre as empresas com suspeição de superfaturamento nas obras, de inclusão de atividades não previstas no contrato inicial e de outras irregularidades, está, como não podia deixar de ser, a Construtora Andrade Gutierrez.

O relatório técnico de inspeção realizada pelo Tribunal de Contas do Estado, cuja síntese foi remetida a esta Assembléia Legislativa, apresenta tantas e tão gritantes irregularidades, que chegam a assustar quem o examina. Na construção do túnel da Lagoinha, por exemplo, aponta um superfaturamento de US\$3.550.948,00. Na retirada dos aguapés da Pampulha, o relatório aponta 5.424 viagens de aguapés não comprovadas e 1.439 viagens de transporte de argila, também não comprovadas.

É incrível. Por isso falo que não cabem, apenas, na pasta cinza as irregularidades, a corrupção desse esquema. Está aqui, muito claro, no relatório da inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: viagens não comprovadas de aguapés: 5.424. Esses caminhões não chegaram ao bota-fora da SLU. Argila: 1.439.

Outro ponto grave foi o volume de carga dos caminhões considerado na medição. Ora, para receber o dinheiro, a Andrade Gutierrez, com o consentimento da SUDECAP, alegou que o caminhão transportava 9m³, mas o Tribunal de Contas analisou o mesmo caminhão e constatou que não cabem mais do que 6m³. Está aqui a prova do crime.

E mais grave: a planilha utilizada na Lagoa da Pampulha é a mesma da canalização do ribeirão Arrudas. Como pode ser usada a mesma planilha para a canalização de um rio e para a retirada de argila e de aguapés de uma lagoa?

Na canalização do Arrudas, aponta um superfaturamento de US\$12.065.295,00 somente num contrato com uma empreiteira. Em cada uma das obras e em cada um dos contratos das muitas empresas que participaram, existem dúvidas que não foram esclarecidas.

Encaminhei, tanto ao TCE como ao Ministério Público, pedido de esclarecimentos sobre a apuração das denúncias da CPI e sobre as providências tomadas a partir daí, tendo em vista que a imprensa noticiou, em 10/10/98, um acordo celebrado entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez, para pôr fim ao processo judicial de cobrança de dívidas oriundas justamente daquelas obras sob suspeição de irregularidades. E o diário oficial do município publicou, em 28/1/99, a Lei n.º 7.639, do dia anterior, autorizando a Prefeitura Municipal a renegociar débitos com a referida Construtora. Os débitos eram justamente relativos a essas obras.

Passou-se uma borracha na CPI da Câmara Municipal; desconheceu-se todo o trabalho de apuração realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; não se tomou conhecimento, sequer, da existência do Ministério Público. A Prefeitura de Belo Horizonte, com a onipotência que caracteriza as suas ações, parece ter se antecipado ao projeto de lei que tramita nesta Casa para decretar que corrupção só vale nos últimos cinco anos.

Vale a pena, Sr. Presidente, transcrever, na íntegra, o ofício do Conselheiro Sylo Costa - relator do processo - dirigido ao Presidente desta Casa. (- Lê:)

"Tribunal de Contas, 25 de abril de 2001.

Sr. Presidente,

Em atenção ao Ofício n.º 028/01/GAB, subscrito pelo ilustre Deputado Estadual João Leite, no qual são solicitados esclarecimentos acerca das providências adotadas por este Tribunal de Contas a partir da Denúncia n.º 10.788, que contém as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Belo Horizonte instalada com a finalidade de apurar irregularidades na execução de obras públicas na Capital por empreiteiras denunciadas na CPI do Congresso Nacional e, ainda, o envio de cópias de toda a documentação que instruiu a citada denúncia, especialmente dos acordos firmados entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez, ofício esse submetido à minha consideração por V. Exa. em razão de ser o atual relator do processo, entendo que devam ser a ele remetidas as cópias dos documentos solicitados, bem como prestados os seguintes esclarecimentos.

As questões constantes do citado ofício e que deram origem à denúncia têm merecido especial atenção por parte deste Tribunal e do relator do processo, não só pela magnitude dos valores ali envolvidos, mas também em razão da gravidade das irregularidades noticiadas.

É necessário, contudo, salientar que, não obstante as conclusões do relatório da CPI da Câmara Municipal e as informações constantes dos relatórios preliminares produzidos pelos órgãos técnicos desta Casa evidenciarem o cometimento de graves irregularidades na execução das obras e na aplicação dos recursos, o Tribunal tem encontrado sistematicamente dificuldades intransponíveis para a obtenção de documentos ou informações que possibilitem a correta e completa instrução do processo e que, portanto, assegurem-lhe um posicionamento baseado em dados exatos no que tange ao montante das despesas desviadas e, principalmente, na identificação dos responsáveis por tais atos.

Tão logo os autos foram a mim conclusos, determinei à comissão encarregada da inspeção que elaborasse uma síntese dos trabalhos por ela desenvolvidos, relacionando as obras objeto da fiscalização, a documentação encontrada relativa a cada uma delas, as falhas verificadas e as medidas sugeridas.

Diante das informações a mim trazidas pela Comissão de Inspeção, onde são indicadas as várias empresas envolvidas em obras, construtoras e consultorias, além dos órgãos públicos que tiveram participação, tais como CEMIG, COPASA, METROBEL, TRANSMETRO, BHTrans, CETEL, DER-MG, DNER, RFFSA, BNDES, BDMG, SUDECAP, Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, através de algumas Secretarias de Estado, foram determinadas diversas diligências no sentido de serem esclarecidas dúvidas e encaminhados documentos, inclusive às empresas contratadas ou prestadoras de serviços. Cópias das requisições seguem em anexo.

Em todas essas tentativas, o que se obteve de informações e documentos é muito pouco para a completa elucidação da questão, não tendo os diversos órgãos envolvidos demonstrado maior empenho em colaborar com o levantamento dos dados solicitados.

Por estas razões, parece-nos oportuno que a egrégia Assembléia Legislativa, paralelamente aos esforços que continuarão a ser despendidos por esta Corte de Contas, solicite ao duto Ministério Público a instauração de procedimentos próprios que possibilitem o levantamento de todas as informações e documentos necessários à completa elucidação dos fatos.

Outro ponto em que se afigura necessária a atuação do Ministério Público diz respeito ao acordo financeiro firmado pela Prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez. Pelo elevado valor envolvido no acordo e a ausência de elementos para verificação da exatidão dos créditos da Construtora reconhecidos pela Prefeitura, parece-nos que seria conveniente, como medida de cautela no resguardo do erário municipal, que se sustassem judicialmente tais pagamentos até que pudesse ser verificada a sua exatidão.

São esses os esclarecimentos que entendo necessário serem levados ao conhecimento do ilustre Deputado João Leite.

Atenciosamente, Sylo da Silva Costa, Conselheiro relator."

Sr. Presidente, vou aproveitar a fala do Deputado Miguel Martini para apartá-lo e concluir meu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, tenho três assuntos a tratar desta tribuna. Um deles se refere ao pronunciamento do Deputado João Leite, motivo pelo qual concedo um aparte a S. Exa.

O Deputado João Leite (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Miguel Martini, gostaria de dizer que, dessa negociação entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a Construtora Andrade Gutierrez, é impressionante que a Construtora renuncia a receber os valores relativos à retirada dos água-pés e da argila da lagoa da Pampulha. Para mim isso é uma confissão do crime, porque, sobre a retirada dos água-pés, considerada superfaturada em 50%, a Construtora, bondosa, abriu mão de receber a sua parte. A Câmara Municipal teve uma CPI que foi rasgada ao aprovar uma lei concordando com essa negociação esdrúxula. E a Prefeitura de Belo Horizonte diz que pagará à Construtora Andrade Gutierrez R\$143.000.000,00. Não é verdade; são R\$400.000.000,00. Esse é um dos acordos que a Prefeitura realiza, como realizou com a Telemar, quando fez um grande desconto. Pois agora, Deputado Glycon Terra Pinto, que participou daquela campanha, a Prefeitura vai pagar, pela "Pasta Cinza", R\$400.000.000,00. Quero saber do Deputado Miguel Martini se a população de Belo Horizonte quer pagar.

Esses são os fatos. Trago-os com tristeza - e, reconheço, com um certo desânimo - ao conhecimento desta Casa. De minha parte, entregarei ao Deputado Miguel Martini os documentos repassados pelo Conselheiro Sylo Costa, para que se faça um aditamento à representação feita ao Ministério Público e se tome a providência sugerida pelo ilustre Conselheiro de sustar, judicialmente, os pagamentos das prestações de um acordo realizado, apesar da "ausência de elementos para verificação dos créditos da Construtora, reconhecidos pela Prefeitura".

Já não é possível desconhecer o movimento do povo nas ruas, que luta por moralidade na administração pública. Mesmo que não se instale nenhuma CPI, mesmo que se jogue para debaixo do tapete as sujeiras de cinco anos para trás, mesmo que, por lei, por decreto ou por medida provisória, sejam apagados os atos do passado, mesmo que a força do poder político se alie ao poder econômico para justificar o injustificável, a verdade aparecerá.

Este verdadeiro conluio entre administradores desonestos e empresários ávidos de lucro fácil e igualmente desonestos tem infelicitado esta Nação ao longo de sua história. Nos tempos da ditadura militar, nem de denunciamento se podia acusar a imprensa. Vigorava a mais rigorosa censura. Nem assim se pôde esconder as falcatruas que o povo conhecia e divulgava, mesmo sem jornais e sem a força de comunicação da televisão.

Enganam-se os que acham que se pode enganar o povo todo o tempo. Ou que os fins justificam os meios. Ou que a corrupção praticada pelos que se julgam donos da verdade e arautos da moralidade deixa de ser crime e passa a ser virtude, como pensam muitos dos que estão na Prefeitura de Belo Horizonte.

Cabe perguntar onde estão os partidos e homens públicos que se colocam acima do bem e do mal? Os que dizem ser os mais éticos e, no entanto, fazem tais acordos obscuros? Os que se dizem do lado dos excluídos, mas, na verdade, favorecem grandes grupos empresariais? Onde está o zelo com o dinheiro público ao, mesmo com uma dívida suspeita, aceitar fazer seu pagamento? Como poderíamos deixar de citar a atitude da atual administração municipal de Belo Horizonte, que concedeu generosa anistia a grandes empresas no ano passado, em pleno período eleitoral? Ato e fatos como os aqui relatados não beneficiam o povo, pelo contrário, deixam a população sem assistência médico-hospitalar, colocam recém-nascidos à mercê de filas de espera em CTIs neonatais.

Mesmo que a emperrada burocracia tente impedir, mesmo que a feitura de leis desconheça a moralidade, que é um dos seus princípios fundamentais, e tente acobertar a corrupção, ela não deixa de existir. Pode, no máximo, ficar "legal".

Essa prática de tentar "legalizar" a corrupção tem sido usada com frequência, sobretudo pelo Executivo. Por essa razão, é ainda mais estranhável a iniciativa do Presidente desta Casa de criar, inconstitucionalmente, um tipo de "prescrição estadual", que, além da moral, ofende o direito.

A história recente deste País nos anima a crer que a crise que vivemos também será criativa. Os homens de bem, os políticos que pautam a sua atuação por princípios, e não, por interesses, aqueles para os quais o interesse público se sobrepõe ao privado, acabarão se unindo para superar a quadra de dificuldades que se construiu pela inépcia daqueles que preferiram os interesses aos princípios.

É preciso, mais que nunca, confiar na prevalência do direito, da liberdade, da justiça e da verdade - valores pelos quais vale a pena lutar.

O Deputado Miguel Martini - Tenho três assuntos sérios para tratar e só me restam oito minutos. Tentarei ser rápido, para que possa conceder aparte no final.

A primeira questão para a qual quero chamar a atenção é que, em razão de todas essas denúncias que o Deputado João Leite traz e que trouxemos também no passado, a punição que a Andrade Gutierrez recebeu da Prefeitura por ter superfaturado, por ter feito não uma negociação - creio que o Deputado João Leite errou no termo -, mas uma negociata - porque isto é negociata: uma dívida que se eleva a quinhentos e poucos milhões, que dizem que foi negociada por R\$150.000.000,00, mas que, na verdade, vão pagar R\$400.000.000,00, tentando enganar a opinião pública -, foi a realização de licitação de cartas marcadas para as obras da Pampulha, para ganhar a Construtora Andrade Gutierrez, a mesma que transferiu sua sede de Belo Horizonte para São Paulo, deixando Minas com menos 600 postos de emprego. É ela que faz superfaturamento. É ela que explora a Prefeitura, com a conivência dos administradores atuais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

É a mesma Andrade Gutierrez que é também sócia da TELEMAR, que fez aquela negociata de perdão da dívida na campanha eleitoral. A punição que a Prefeitura aplicou foi privilegiar.

Quero lembrar que a Prefeitura fez o levantamento do custo máximo da obra, que seria de R\$68.000.000,00, e a Andrade Gutierrez ganhou, de cartas marcadas, com R\$74.000.000,00. É essa Prefeitura que diz ter moral e ética. Espero que o Promotor público encarregado do caso imediatamente se posicione. No caso, a própria Prefeitura plantou na mídia de Belo Horizonte e de Minas que o Deputado Miguel Martini já se dava por satisfeito com as explicações dadas.

É uma mentira deslavada essa afirmação, porque não estamos satisfeitos. Queremos a transparência da coisa pública, a moralidade e a seriedade. Na verdade, o que estão querendo fazer na Pampulha não vai permitir o controle, porque vai-se tentar tirar a terra por sucção, em que não há controle. Não podemos aceitar isso que estão querendo fazer. Gostaríamos que viessem mostrar por que essa licitação foi dirigida.

Somente uma empresa no universo era capaz de atender as exigências feitas pela Prefeitura para realização das obras da Pampulha. Isso é uma vergonha, é lamentável. Vamos encaminhar os documentos que o Deputado João Leite vai me passar à Promotoria pública, para acrescentá-los aos dados e informações que já possuí. Esperamos que esse contrato seja suspenso, porque, apesar das denúncias, a Prefeitura manteve o contrato com a Andrade Gutierrez. Isso aconteceu porque foi acertado às vésperas do 2º turno da campanha municipal. Agora tem que se cumprir o que foi acertado, porque a campanha ficou muito cara e é preciso resolver esse problema financeiro.

Queremos, ainda, a suspensão do pagamento dessas cotas anuais à Andrade Gutierrez, porque a sociedade não deve esse dinheiro. Que haja um demonstrativo e a disponibilização de todos os documentos para que a sociedade possa, através dos órgãos encarregados da fiscalização, exercer essa função.

Falta dinheiro na Prefeitura de Belo Horizonte. Gostaria de saber se também o Prefeito vai dizer que isso é culpa do Governo Federal, porque sempre diz que não tem culpa de nada. É capaz até de dizer que a Andrade Gutierrez também é problema do Governo Federal, porque o Prefeito e o Vice-Prefeito não assumem responsabilidade. Estão sempre de mãos limpas, porque varrem as denúncias para debaixo do tapete. A situação é grave, e vamos apurar.

A segunda questão é que, diante da ameaça da CPI dos Cartórios, começaram a se mexer. Ontem, o Tribunal de Justiça declarou que o concurso para cartórios vai ser realizado já em 15/7/2001. Quero saber por que não há o selo de fiscalização. Por que não licitar o selo de fiscalização que vai moralizar os cartórios e essa sonegação desenfreada?

Os cartórios estão querendo entrar com novo projeto de lei na Casa. Com esse projeto, estão querendo acabar com o selo para fazer uma coisinha entre eles lá, para não se fiscalizarem os cartórios. Agora, o Tribunal lança uma cortina de fumaça, fazendo o concurso como se resolvesse o problema. Resolve parte do problema, mas tardiamente. Há mais de dois anos - diria mais de quatro anos, porque, desde 1994, ele poderia ser feito, principalmente após a aprovação da regulamentação nesta Assembléia - que esse concurso deveria ter saído e não saiu. Temos informação de que estariam desrespeitando uma outra lei.

Queremos que o Tribunal de Justiça, Poder encarregado em aplicar a lei no Estado de Minas Gerais, aplique as leis vigentes, respeite a lei que está valendo para este Estado: o selo de fiscalização, a compensação para os atos que estão sendo praticados gratuitamente.

Infelizmente, não terei tempo de abordar um terceiro assunto. Usaremos o espaço que a Liderança tem para falar.

Foi um erro absurdo alguns Deputados não assinarem a CPI da Corrupção, que seria feita no Congresso Nacional. O que queríamos, na verdade, é que todo o Brasil fosse passado a limpo no nível dos seus Poderes, o Legislativo, o Judiciário, o Executivo, o Ministério Público e, também, o Tribunal de Contas. Precisamos cumprir o nosso papel fiscalizador. Temos de exigir que as coisas aconteçam realmente de forma transparente, que as leis sejam verdadeiramente respeitadas e aplicadas no seu devido tempo, e não, ao gosto e sabor de interesses menores dos grupos menores, como é o caso dos grandes cartórios que pressionam o Tribunal de Justiça, que se dobra diante dessa pressão, para não aplicar o selo de fiscalização. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, ilustres visitantes, gostaria de fazer coro com os Deputados que me precederam, para dizer que, com muito prazer, vou votar favoravelmente à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39.

Faço coro também com o Deputado Miguel Martini no que concerne à questão dos cartórios. Estarei com ele, vigilante. Ele fez um importante trabalho e presta um excelente serviço. Mas gostaria de adverti-lo e ao Deputado João Leite, porque, salvo melhor juízo, está havendo uma certa confusão em relação à questão que trazem da Andrade Gutierrez. Uma coisa foi, aliás, denunciada pela campanha da Deputada Maria Elvira, que eram algumas questões que estavam sendo feitas. A outra foi uma questão pública, transparente, que foi votada pela Câmara, por todos os Vereadores. O Vereador José Lincoln foi o relator da CPI sugerida pelo então Vereador Rogério Correia. É preciso esclarecer de que assunto se trata exatamente. Se fosse o caso, deveríamos fazer uma audiência pública a respeito do assunto. Poderíamos até assinar o pedido dessa CPI conjuntamente, eu, o Deputado Rogério Correia, o Deputado Miguel Martini e o Deputado João Leite. Deixo essa sugestão.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Márcio Cunha. Vou ser rápido, porque V. Exa. tem outros assuntos a tratar, mas é necessário esclarecer alguns fatos da denúncia que fazem os Deputados João Leite e Miguel Martini.

Em primeiro lugar, gostaria também de reiterar, como fez V. Exa., que votarei favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 39. Lembro que precisaremos de 39 Deputados. Conclamamos todos os Deputados a estar presentes, para que possamos votar ainda hoje.

Na verdade, Sr. Deputado, fui sub-relator da CPI das Empreiteiras, feita a meu pedido na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a fim de fiscalizarmos obras superfaturadas. O relator da comissão foi o meu amigo José Lincoln Magalhães. De fato, nessa CPI, aprovamos um relatório, por unanimidade, em que constava uma série de obras superfaturadas, da Mendes Júnior, da Andrade Gutierrez, da Covam, da Tratex e de diversas outras. Esse superfaturamento se deu principalmente na administração do Sr. Hélio Garcia, como Prefeito e, depois, como Governador. Nessa época, houve o maior número de superfaturamentos, segundo levantamento da CPI da Câmara de Vereadores.

O fato é que todas as outras empresas fizeram, no Governo Eduardo Azeredo, um acordo de recebimento da dívida, através de descontos negociados pelo ex-Prefeito Eduardo Azeredo. Entretanto a Andrade Gutierrez continuou levando o caso na justiça, acabando por vencer em última instância, e a Prefeitura passou a dever-lhe cerca de R\$500.000.000,00.

A Prefeitura, então, fez um acordo, que não foi nada obscuro, sendo aprovado pela unanimidade dos Vereadores da Câmara Municipal na ocasião, à luz do dia, inclusive os do PSDB. A Prefeitura, para balizar o acordo, voltou aos trabalhos da CPI e retirou o pagamento dos agupapés da lagoa - superfaturados à época da administração de Sérgio Ferrara, situação que foi denunciada pelo sub-relator, o ex-Deputado Raul Lima Neto -, de parte do Arrudas - apontada por mim como superfaturada - e também do túnel da Lagoinha - superfaturamento denunciado pelo Deputado José Milton. Após essas retiradas, foi feito um acordo de pagamento de cerca de R\$150.000.000,00, pelo período de dez anos. Esse acordo foi público. Se o Deputado tem denúncias de alguma falcatrua, deve fazê-las, para que possamos apurá-las, mas a situação foi bastante debatida na Câmara de Vereadores, com aprovação unânime. Não houve obscuridade no fato. A Prefeitura teria necessariamente que pagar, e buscou-se um acordo para tornar exequível o pagamento da demanda judicial de apólices. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Muito obrigado. Deputado João Leite, democraticamente, irei conceder-lhe aparte, mas peço-lhe que seja breve, porque o assunto é controverso e, para esclarecê-lo, deveríamos fazer uma audiência pública.

O Deputado João Leite (em aparte) - Agradeço. Quero esclarecer que não existia decisão judicial no caso. Além disso, as afirmações que faço baseiam-se na análise do relator do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que diz o seguinte: "Pelo elevado valor envolvido no acordo e a ausência de elementos para verificação da exatidão dos créditos da construtora reconhecidos pela Prefeitura, parece-nos que seria conveniente, como medida de cautela no resguardo do erário municipal, que se sustassem, judicialmente, tais pagamentos". Portanto, deixo claro que não havia decisão judicial final, segundo afirmação dos técnicos do Tribunal de Contas. Eles apontam não somente o superfaturamento no caso dos agupapés, mas também no caso do Arrudas, da galeria tricolor e dos túneis da Lagoinha. Isso é muito grave, e a Prefeitura fez o acordo. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Srs. Deputados, dois assuntos me trazem à tribuna hoje. Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Miguel Martini, que, juntamente comigo, esteve, no fim de semana, no V Congresso Nacional da UNALE, que congrega os Deputados Estaduais de todo o País. Tanto eu quanto o Deputado Miguel Martini fomos honrados com a indicação para participar, respectivamente, como representante da Região Sudeste e membro do Conselho Fiscal.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - A UNALE congrega as 20 Casas Legislativas, fazendo parte dela os 1.059 Deputados e todo o corpo técnico das Assembléias Legislativas. Obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Obrigado, ilustre Deputado Miguel Martini, que foi um dos idealizadores e um dos Presidentes dessa nossa entidade. Discutimos os temas mais importantes, como o resgate das prerrogativas maiores do Poder Legislativo, ou seja, com relação à necessidade que temos de investir em uma qualidade e uma qualificação maior no exercício dos nossos mandatos. Algumas decisões foram lá tomadas, e realizaremos alguns encontros aqui em Belo Horizonte.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, desejo falar aqui das ações que esta Casa tem realizado, não apenas por meio da minha pessoa, mas também por meio de inúmeros outros Deputados, no que concerne à questão do racionamento. Na semana passada, ocupei a tribuna para dizer que me espantou muito, ao visitar o Secretário da Segurança, Dr. Márcio Domingos, saber que muito pouca ou quase nenhuma informação tinha a respeito do racionamento a ser feito. A cada dia, estamos percebendo as controvérsias e as indecisões do Governo Federal. Mais uma vez, o povo está sendo desrespeitado em seu direito sagrado de, pelo menos, obter informações mais concretas a respeito desse racionamento que o Governo Federal imporá aos Estados e aos municípios.

Estamos encetando algumas ações. A primeira delas é de solicitar que a Frente Parlamentar Jorge Hannas, que é composta por inúmeros Deputados, faça uma inspeção às Usinas de Furnas e de Três Marias, para constatar a atual situação de suas turbinas. Temos visto o Governo Federal insistir para que o povo troque os seus aparelhos eletrônicos por outros que consumam menos energia, mas ele mesmo não faz a sua parte. Pelo contrário, está sucateando as nossas empresas em uma demonstração inequívoca de que quer valorizar, restringendo a população, a sua teoria privatista. A Frente Parlamentar Jorge Hannas, segura e fartamente, já comprovou que não é privatizando Furnas que resolveremos o problema energético deste País. É de suma importância que essa Frente Parlamentar possa fazer essa visita a Furnas e a Três Marias.

Como Vereador, em 1993, levantamos a bandeira SOS Anel Rodoviário. Em 1996, quando era Diretor-Geral do DNER o companheiro Tarcísio Delgado, que hoje é o Prefeito de Juiz de Fora, conseguimos a assinatura de um convênio público entre o Governo Federal, por meio do DNER; o Governo Estadual, por meio da CEMIG; e a Prefeitura de Belo Horizonte, por meio da SUDECAP e de outros órgãos afins, para que os três níveis do Governo fizessem intervenções no anel rodoviário, para que o recuperássemos. O Governo do Estado cumpriu a sua parte iluminando os 26km do anel rodoviário; o Governo Federal não cumpriu sua parte, limitou-se apenas a fazer a recuperação de algumas defensas e de algumas sinalizações, mas não recuperou o piso; e a Prefeitura, que assumiu o compromisso de fazer nove passarelas, de urbanizar os trevos e de retirar as invasões, apenas licitou quatro passarelas e fez duas, uma delas por meio do orçamento participativo. Cansamos de denunciar isso. Agora, venho dizer que temos estatísticas que comprovam que, com a iluminação desse anel, conseguimos diminuir em cerca de 20% os acidentes ali ocorridos.

Portanto, é um absoluto contra-senso imaginar que agora vamos conviver com a idéia de o anel rodoviário entrar na questão do racionamento. Não podemos permitir que isso aconteça e, nesse intuito, encaminhamos ofício à Prefeitura de Belo Horizonte, ao DER e à CEMIG, a fim de que o anel rodoviário não faça parte do racionamento.

No dia 5 de junho, estaremos, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Sete Lagoas, realizando uma audiência preparatória para uma grande audiência pública que faremos em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Minas, quando discutiremos uma questão importante para Sete Lagoas e região: a alternativa energética. Sete Lagoas tem hoje cerca de 35 altos-fornos, que dissipam calor e gases. É possível transformar em energia os gases e o calor dissipados, resolvendo o problema de Sete Lagoas e região. Nossa tônica tem de ser a procura de alternativas energéticas.

Pois não, ilustre Deputado João Paulo. Pergunto-lhe se fará uso da palavra, pois procurei ser bem rápido no meu pronunciamento, exatamente para dar-lhe a oportunidade de se manifestar.

Reafirmo que esta Casa, não apenas por intermédio da minha pessoa, mas de todos os Deputados, estará vigilante na questão do racionamento. Embora saibamos que a conta tem de ser paga por todos, pois tratamos com muita falta de zelo nosso planeta Terra. Não permitiremos que o Governo Federal, irresponsavelmente, coloque nas costas do consumidor brasileiro uma conta oriunda de sua irresponsabilidade, já que não fez os investimentos que há muito se faziam necessários para evitar a situação que hoje vivemos. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Muito nos preocupamos quando forças políticas e militares se colocam em posição de confronto, renegando o diálogo como forma legítima e democrática de entendimento.

A situação de confronto direto não interessa a nenhuma das partes envolvidas e principalmente à população.

Tocantins, um jovem Estado da Federação, com toda a capacidade de desenvolvimento, não pode e não deve manchar sua história com derramamento de sangue. A história não mais precisa de mártires como Tiradentes, e sim de entendimento na busca de soluções aceitáveis e negociadas.

Minas Gerais, infelizmente, teve que passar por situação semelhante à que passa Tocantins quando, em junho de 1997, por causas idênticas, os militares mineiros, em movimento reivindicatório pacífico e desarmado, foram às ruas clamar por condições dignas de trabalho e remuneração.

Na ocasião, o Governador preferiu tomar atitude inflexível e desmoralizadora do movimento, colocando-o contra a população. Mesmo assim, o movimento caminhou em direção ao Palácio do Governo e ao prédio do Comando-Geral da PMMG na busca do diálogo, quando foi impedido por um cordão de isolamento humano, fortemente armado, mas não se intimidou: se postou frente ao paço público, quando, por disparo de arma de fogo, a vida do Cabo Valério teve fim. Bala da insensatez, truculência e autoritarismo de um governo.

Certamente, Tocantins não precisa passar por esta amarga lembrança, há tempo de mudar os rumos dos fatos. Buscar os princípios Constitucionais é o melhor caminho para a solução e o mais justo.

Os direitos e deveres previstos na Constituição Federal têm que ser estendidos a todos os cidadãos. Como prevê o art. 5º, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,", combinado com o art. 5º, inciso IV, onde é preservada a liberdade de manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

Entre os direitos e as garantias fundamentais estão também os previstos no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, salário mínimo capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajuste periódico que lhe preservem o poder aquisitivo".

O art. 142 da Constituição, em seu § 3º, inciso IV, proíbe ao militar a sindicalização e a greve. Não é preciso ser jurista para verificarmos que esse dispositivo traz em si a inconstitucionalidade, pois impede a liberdade de manifestação, o que contraria todos os princípios elementares que norteiam a nossa Carta Magna.

O inciso XLI do art. 5º da mesma Constituição Federal assegura que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. Portanto, os princípios constitucionais elementares é que devem direcionar os entendimentos entre as partes envolvidas, de forma a encontrarem o equilíbrio das necessidades.

Baseando-se nos princípios constitucionais, também fica assegurado ao trabalhador militar os mesmos direitos. As reivindicações são, portanto, as mais justas e legais.

A atitude contrária a esses princípios, certamente, deu causa à derrota política da candidatura à reeleição do ex-Governador Eduardo Azeredo. Já o Governador eleito Itamar Franco adotou conduta de um estadista, quando compreendeu a causa do servidor militar, e procurou, dentro das limitações financeiras e legais, recompor o soldo dos militares, de forma a propiciar-lhes melhores condições de vida e trabalho.

É importante que o servidor militar mantenha perseverança e amor à causa, pois só assim conseguirá obter o respeito e a condição de vida necessária para desempenhar o papel fundamental e honroso de levar à população a segurança pública, hoje tão reclamada pela sociedade.

Como um militar pode viver morando em favela, ao lado de marginais, indo para o trabalho e deixando sua família desprotegida? Como pode desenvolver sua função de proteger a comunidade se seu vencimento não dá para pagar as despesas básicas, tais como energia elétrica, água, alimentação, educação, saúde, etc.?

É por estes motivos que os praças militares se fizeram representar na Assembléia Legislativa. Graças a essa representação, conseguimos, com mobilização, a anistia de todos os praças excluídos da PMMG, em decorrência do movimento de 1997. A Emenda à Constituição nº 39, de 2/6/99, veio anistiar os colegas que tiveram a coragem de lutar por seus direitos mais elementares.

Colocamos nossa experiência à disposição do Estado do Tocantins, para que seja encontrada uma solução para o problema que envolve a classe militar e o Governo.

As dificuldades são de ambas as partes, mas a causa é justa e mais do que nobre.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos estamos assistindo à situação difícil do Estado do Tocantins. Há cerca de 3.500 policiais amotinados no Batalhão da Polícia Militar, com esposas e filhos. Há quase 200 crianças e mulheres dentro desse batalhão. A solução encontrada pelo Governador Siqueira Campos foi a de enviar tropas federais.

Como disse nosso ilustre companheiro Milton Campos: "Dever-se-ia mandar o trem pagador, e não as tropas federais para reprimir aqueles que estão pedindo um salário digno, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas".

Ocupamos esta tribuna, nesta tarde, pois não podemos permitir que um canal de discussão seja travado e que ocorra qualquer tipo de providência mais drástica.

Fico me perguntando o que faria se estivesse na condição de policial militar e um soldado do Exército viesse, num confronto, a matar uma criança. O que poderia ocorrer nesse

Estado? Possivelmente, grande derramamento de sangue.

Por isso estamos clamando para que os homens de bem, aqueles que compõem a representação política não só deste Estado, mas também da Câmara Federal, possam estar atentos e que a Comissão de Direitos da Câmara Federal também esteja atenta ao desenrolar dos fatos no Tocantins.

A Deputada Elaine Matozinhos (em aparte) - Nobre Deputado Sargento Rodrigues, companheiro do PSB, quero me solidarizar com V. Exa. e oferecer o nosso apoio a tudo o que V. Exa. disse.

Mas quero parabenizar, de forma muito especial, aquelas bravas mulheres que trancaram o portão do quartel com cadeado e mostraram que aquela é a família de um policial que passa necessidades. Sei disso; V. Exa., o Deputado Cabo Morais e os companheiros das nossas instituições sabem, mas, lamentavelmente, boa parte da sociedade e dos nossos governantes não sabe.

Deixo registrado o nosso apoio ao pronunciamento e à atitude de V. Exa. e dos companheiros policiais do Tocantins. Obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, para concluir, estamos encaminhando esse ofício ao Dr. Siqueira Campos, Governador do Estado do Tocantins, colocando-nos à sua disposição, na qualidade de Sargento da reserva, pessoa que passou por esse tipo de experiência e sabe medir as proporções do que pode acontecer lá. Não queremos que os policiais sejam intransigentes, mas é preciso que o Governador abra, imediatamente, um canal de diálogo, para que o entendimento chegue e para que haja solução pacífica.

Se estivessem em Minas Gerais, sob o Governo do Sr. Itamar Franco, saberíamos que haveria encaminhamento completamente diferente. Mesmo assim, colocamo-nos à disposição para estar lá, junto com o Governo.

Fiz contato, por telefone, com o Sr. Renan Pereira, Secretário da Casa Civil do Estado do Tocantins e me coloquei à disposição para buscar, por meio do diálogo e do entendimento, uma solução pacífica para que haja um final e um desfecho felizes.

Os militares que lá se encontram não podem ficar desamparados pela Constituição Federal. Não basta ser militar e haver proibição expressa. Tem que existir o entendimento dos legisladores federais, porque o militar também é ser humano, tem esposa e filhos, necessidades, como qualquer outro trabalhador. Para isso, precisamos do diálogo.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar manifesto o nosso apoio e o nosso voto a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 39. Obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, que está aguardando com ansiedade a votação da famosa Proposta de Emenda à Constituição nº 39, tenho certeza de que sairão daqui felizes em ver a justiça prevalecer. Não tenho dúvidas em afirmar isso.

Gostaria, apenas, de falar que a população está decepcionada com a atuação de um Juiz substituto da área federal que negou a liminar para a retirada dos radares móveis que estão nas BRs em Minas Gerais, assaltando o cidadão que trabalha e é obrigado a transitar nas rodovias. Sr. Juiz, com todo o respeito que tenho à sua pessoa, fico indignado em saber que V. Exa. não tem conhecimento ou deixou de ter conhecimento porque quis, da Constituição Federal, da Constituição Estadual e da Lei nº 8.666, do art. 23 combinado com o art. 39, que diz que 100 vezes R\$1.600.000,00, que correspondem a R\$160.000.000,00, têm que ter audiência pública 15 dias antes de publicar o edital para a concorrência realizada. Isso não foi feito pelo DNER, em Brasília. Esse departamento só tem nos dado aborrecimento e é sinônimo de corrupção em todo o Brasil.

Radares foram feitos para educar, e não para ficar escondidos, com a finalidade de multar as pessoas. O cidadão tem que obedecer às leis, mas não leis camufladas, com radares multando dos dois lados, o que é proibido pelo Código de Trânsito. Temos a consciência de que mostramos ao Ministério Público Federal, que merece o nosso aplauso, porque entrou ontem com um agravo contra a decisão do meritíssimo Juiz da área federal. Temos que dar e demos todo o material, desde a licitação, que foi feita de maneira incorreta, em Brasília, ferindo a Constituição e a Lei nº 8.666; até mesmo, funcionários da firma terceirizada uniformizados com o DNER, falsidade ideológica.

Mas uma coisa podem saber, não iremos parar. Precisamos de 500 assinaturas para tirar o poder de polícia desse departamento chamado DNER, que é uma vergonha no Brasil e, em Minas Gerais, é comandado por alguém que não merece crédito e se chama Newton Cardoso. E nós, Deputados, somos responsáveis por buscar essas assinaturas para retirar o poder de polícia desse departamento.

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Deputado Alberto Bejani, o aparte é sempre para convergir com V. Exa. a respeito desse tema. Tão logo iniciamos a caminhada rumo ao enfrentamento da indústria de multas, fomos acusados de estar defendendo os infratores, como se eles não merecessem defesa. Não é isso que estamos fazendo, mas sim a defesa dos injustiçados, a defesa da sociedade.

O Presidente acaba de constituir uma Comissão Especial, que, seguramente, instalará a CPI. Quero propor à Mesa Diretora e a V. Exa. que façamos um trabalho interligado das duas comissões - a CPI do IPem e a Comissão Especial das Multas, que vai analisar todo o Código de Trânsito. Dizia-se que esse Código veio para zelar pela segurança do cidadão brasileiro e investir na diminuição das mortes e acidentes, mas, na realidade, veio para se constituir na indústria de multas, para fazer caixa nas Prefeituras Municipais, nos próprios Estados membros e, até, no DNER, como V. Exa. disse.

A Assembléia Legislativa não pode, em momento algum, deixar essa bandeira arriar, temos que levá-la adiante e vamos levar até o final desse mandato e de quantos mandatos vierem. Continuaremos a enfrentar essa grande injustiça que se fez com a população brasileira, que é o Código Brasileiro de Trânsito, votado pelo Congresso Nacional com uma série de descuidos. Na realidade, ele veio para drenar os recursos, o dinheiro da população e colocá-lo nos caixas do Poder Executivo, todos falidos. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Obrigado, Deputado João Paulo. Para terminar, quero dizer não só ao Deputado João Paulo, mas também à nossa querida Delegada Deputada Elaine Matozinhos e aos demais Deputados: vamos formar, apenas, um grupo, para que possamos colher essas 500 mil assinaturas para retirar o poder de polícia administrativa de um departamento que é caso de polícia. Aí, não é poder de polícia, o DNER é caso de polícia. Já temos dados oficiais de que funcionários, um engenheiro de operação, tem o filho trabalhando em uma das empresas que formam a Rodovia. Um dos filhos de um Diretor do DNER trabalha para empresa terceirizada, escondida no meio do mato, para multar as pessoas de maneira indevida. Os aparelhos estão totalmente irregulares. Pegaram um Gol a 256km/h. Esse Gol está andando mais rápido do que o carro do Rubens Barrichello. Isso não existe. Pegaram um Ford ano 1929 a 146km. Nem se for jogado de um avião, conseguirá atingir essa velocidade. São aparelhos malucos, como esse DNER.

Hoje, pela manhã, telefonaram-me, dizendo que "maneirasse", porque poderia sofrer um processo na área cível. Dr. José Elcio Montese, com todo o respeito que tenho ao senhor, como Chefe do 6º Distrito Rodoviário Federal em Minas Gerais, peço: pelo amor de Deus, processe-me. Assim, mostrarei na justiça como existem ladrões nesse departamento.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Alberto Bejani, tivemos a felicidade de estar com V. Exa., como relator da Comissão Especial das Multas. Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que V. Exa. não tem que se intimidar verdadeiramente. Estamos exercendo nosso papel fiscalizador, previsto na Constituição Estadual, e não podemos permitir que o contribuinte seja assaltado de forma conivente por parte do DNER, da forma que está acontecendo nas rodovias federais que cruzam Minas Gerais. Isso não pode continuar, temos que estar atentos. Se acham que vamos baixar a guarda, não é verdade, estamos atentos e vamos continuar fiscalizando e denunciando, seja da tribuna, seja por meio de CPI ou de Comissão Especial. O cidadão não pode ser assaltado da forma como está sendo, principalmente por aquele que deveria dar o exemplo, que é o DNER, e este não toma nenhum tipo de providência. Muito obrigado.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, para terminar, quero lembrar que eu e o Deputado Sargento Rodrigues estivemos em Brasília, visitando esse departamento, que é tão organizado. Mas existe Deus, que é muito justo, porque ficamos, apenas, 3 minutos com o Diretor-Geral do DNER. Estávamos conversando quando chegou o Oficial de Justiça e levou o Diretor-Geral do DNER preso por falta de pagamento de precatório. Arrou todo o circo, até com café quentinho para nós, e não pôde tomar o café, porque saiu preso. Foi a única coisa boa que vimos em Brasília. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso objetivo é externar a posição anterior do PFL. Votaremos favoravelmente à aprovação dessa proposta, por entender que é preciso regularizar a situação de vários servidores que estão prestando serviço ao Estado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, como Líder do PSDB, anuncio que toda a bancada estará votando com o relatório apresentado pelo Deputado Mauro Lobo à Comissão de Justiça, pela aprovação dessa proposta de emenda à Constituição, por considerar que corrigirá grande injustiça cometida contra esses servidores.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 39. A posição do Governo é favorável a essa proposta e já encaminhou, no passado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, no mesmo sentido. Como Líder do Governo, falo que ele já se manifestou favoravelmente à aprovação dessa proposta e garantiu o não-questionamento da sua constitucionalidade. Portanto, fica garantido aos funcionários públicos que é do entendimento do Governo a aprovação dessa proposta na forma original. Toda a Bancada do PMDB votará pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 39.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, como não poderia ser de outra maneira, o PPS vota favorável, até mesmo, para corrigir uma injustiça e para ser coerente com a orientação do Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Genaro* - Em nome do PSD, digo que estaremos votando a favor desses funcionários, que estão lutando por Justiça. Sem dúvida alguma, todos têm que valorizar as pessoas que lutam para conquistar o seu direito, porque, em nosso País, as conquistas são difíceis e demoradas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Bené Guedes - Nós, da Bancada do PDT, registramos nosso apoio integral à Proposta de Emenda à Constituição nº 39. A Assembléia, por questão de justiça, encontra-se, em sua unanimidade, ao lado dos funcionários. Nesta oportunidade, valorizo o excelente trabalho do relator, Deputado Mauro Lobo. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva* - Sr. Presidente, presenciamos um ato de cidadania histórico para esta Assembléia. A nossa homenagem a todos aqueles que, há anos, aguardam o resgate de seu direito. Prestamos ao ilustre Presidente, Deputado Antônio Júlio, a nossa homenagem, por sua lucidez e determinação em apresentar essa emenda extraordinária, que vem resgatar os direitos dos servidores. Nesta Casa, onde temos democraticamente decidido questões das mais sérias para o Estado, nosso partido, o PSD, vota num gesto de gratidão ao servidor público e em homenagem ao seu trabalho.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda a Bancada do PT votará favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 39.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cristiano Canêdo* - Sr. Presidente, em nome do PTB, encaminho favoravelmente aos servidores públicos de Minas Gerais. Os seis Deputados que compõem nossa Bancada votarão a favor. Sou funcionário público da Secretaria de Estado da Saúde desde 1982, e, como tal, fui beneficiado pela Constituição. Acho que os colegas aqui presentes deverão ter os mesmos benefícios concedidos ao demais servidores públicos estaduais.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como funcionária que bem conhece a situação da função pública, quero, em nome da Bancada do PSB, dizer do nosso irrestrito apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 39.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, parabeno-o pela iniciativa. Nesta Casa, aqueles que sempre falaram em nome dos funcionários públicos e contra eles trabalharam mantém-se no meio da turba. Em 1989, quando era Deputado Estadual, efetivamos todos os funcionários que tinham mais de cinco anos no exercício da função pública, pela Constituição do Estado. Pergunto: qual a diferença entre esses funcionários e aqueles que efetivamos naquela época? Hoje, temos funcionários com 13, 17 anos de serviço, sem efetivação. Como fui relator do projeto de reforma do Judiciário, coloquei, à época, a emenda que efetivava os funcionários do Poder Judiciário, e vários órgãos da imprensa disseram tratar-se do trem da alegria. Não era. Era o trem de quem viu o sofrimento de muitos que perdiam seus empregos, sem garantia do Estado, sem ao menos as garantias de seus direitos de cidadãos. Por isso, em meu nome e no de todos os pares que sempre defenderam os funcionários desta Casa, e não no daqueles que, naquele momento, criticaram a efetivação dos funcionários do Judiciário; que reclamavam devido à efetivação sem concurso, digo que o concurso já foi prestado por aqueles que trabalham há mais de 17 anos sem garantia do Governo. Parabeno o Governador Itamar Franco por sua coerência e firmeza, aceitando que a Assembléia vote essa efetivação, porque nada mais representa do que o direito dos funcionários pelo trabalho prestado ao nosso Estado e ao nosso povo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Cabo Morais - Toda a Bancada do PL nesta Casa, composta por cinco Deputados, votará favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, em favor do funcionalismo público.

O Deputado Carlos Pimenta - A Liderança de nosso partido já se manifestou favoravelmente à aprovação dessa proposta de emenda à Constituição. Todos os Deputados do PSDB estarão confirmando um trabalho extremamente importante dos funcionários que precisam da decisão da Casa Legislativa, para se sentirem verdadeiramente funcionários do Estado que têm construído.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela apresentação dessa proposta de emenda à Constituição. Desde sua apresentação até hoje, transcorreram vários meses e foram realizadas várias discussões, com a presença do funcionalismo, que foi decisiva e importante para que se chegasse neste dia histórico de nosso Estado e de nossos funcionários.

Em segundo lugar, quero dizer que a frente parlamentar médica desta Casa está discutindo também a questão dos funcionários da saúde. Quero citar a presença, nessa discussão, dos Deputados Doutor Viana, Marcelo Gonçalves e minha, representando os 13 Deputados médicos. A partir dessa vitória maiúscula do funcionário público de Minas, poderemos também desenvolver nossas ações e trabalhar para haver valorização do funcionário como um todo, principalmente do funcionário ligado ao setor de saúde pública deste Estado. Parabéns aos funcionários pela presença e pelo trabalho que culminou com este momento histórico do Legislativo mineiro.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. pela iniciativa, e todas as bancadas que aqui estiveram declarando seus votos. Realmente o que estamos fazendo nesta tarde é mais do que justo.

Na qualidade de servidor público - exerci a função de policial militar por 15 anos -, não poderia deixar de declinar aqui nosso apoio, nosso voto favorável.

Também quero parabenizar nosso Governador pela firmeza e pela coerência, atendendo a uma reivindicação tão antiga. Todos nós, Deputados, votando a favor dessa emenda à Constituição, faremos justiça no Estado de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - É muito fácil para aqueles que já falaram quererem cortar a palavra de quem quer falar também. Gostaria de parabenizar aqueles que estão saindo hoje de um pesadelo, milhares de funcionários estavam vivendo um inferno, pela falta de segurança e estabilidade. Essa gama de apoios que hoje estamos vendo, por parte de todos os partidos presentes, na verdade, é um conagraçamento dos Deputados e desta Assembléia com os funcionários do Estado.

O mais importante é que o Governador Itamar Franco, pela palavra de seu Líder, Deputado Antônio Andrade, compromete-se, ao que me parece, a não dar entrada a ação questionando a parte legal e constitucional. Aprovada por esta Casa, temos a confiança de que será aceita pelo Governo e que vigorará de imediato, para benefício de milhares de funcionários do interior do Estado.

Por essa razão, cumprimentamos o Sr. Presidente, Deputado Antônio Júlio, pela iniciativa, e esta Casa, que hoje está prestando uma homenagem ao funcionalismo público do Estado. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa. pela Proposta de Emenda à Constituição nº 39 e pelo grande trabalho à frente desta Casa.

Agradecemos ao Governador Itamar Franco por ser sensível aos funcionários públicos, fazendo-lhes justiça. Esses funcionários estão há mais de dez anos trabalhando sem segurança. Então, todos votaremos favoravelmente a esses funcionários.

O Deputado Luiz Fernando Faria* - Sr. Presidente, também queremos enaltecer a iniciativa de V. Exa., que vem acabar com o prejuízo que esses funcionários estão vivendo ao longo dos anos.

A Bancada do PPB encaminha favoravelmente à Proposta de emenda.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, queremos louvar a iniciativa do Presidente, Deputado Antônio Júlio, por agilizar essa votação junto ao Colégio de Líderes.

Esse parlamento se mostra responsável. Mas, sem demagogia, estamos fazendo apenas a nossa obrigação ao cumprir dispositivo da Constituição Federal, instituído pelo Governo Fernando Henrique, que aqui tem o seu prolongamento. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Menezes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos agradecer a esses funcionários, injustiçados há tanto tempo, e que, hoje, receberão justiça nesta Casa. Tenho certeza absoluta de que ninguém votará contra. Parabéns, funcionários. Muito obrigado.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, já encaminhou favoravelmente em nome da bancada. Então, não tenho muito o que dizer.

Gostaria de parabenizar o Presidente Antônio Júlio pela iniciativa de elaborar a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, que, sem dúvida, vem corrigir erros de Governos passados.

Parabenizo, ainda, o Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, que levou essa questão ao conhecimento do Governador Itamar Franco. Como sempre, sensível às questões de justiça, fundamentalmente de justiça social, o Governador entendeu que devia sancionar essa proposta. Aprovada, essa proposta de emenda à Constituição vai trazer benefício muito grande ao funcionalismo público do Estado. Obrigado.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parabenizo a iniciativa do Presidente Antônio Júlio e digo aos colegas, representantes e Líderes de bancadas que se manifestaram favoravelmente a esse projeto que mais importante que o encaminhamento é exatamente a justiça que esta Casa fará ao funcionalismo de Minas Gerais, dando exemplo ao Brasil.

Além da Liderança do PL, que já ocupou este microfone por meio do Deputado Cabo Morais, como Presidente do PL de Minas Gerais, quero deixar consignado que o mais importante é o voto favorável ao funcionalismo, porque é disso que precisam.

O Deputado João Pinto Ribeiro* - Sr. Presidente, gostaria de manifestar também a minha posição favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de autoria de V. Exa., que vem sanar essa situação injusta em que vive parte significativa dos funcionários e essa condição de intranquilidade por seu aspecto jurídico. Parabenizo V. Exa. e o pessoal de função pública.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Estamos cumprindo a nossa obrigação. Os funcionários merecem ser aplaudidos pela organização, pela mobilização. Agindo assim, fazem com que esta Casa seja justa. Alguns Deputados dizem a todo o momento o nome do Sr. Governador. Até começarei a fazer sua campanha para Presidente da República se declarar que, além de sancionar o que será votado aqui, reconhecerá os quinquênios a que os funcionários têm direito desde que começaram a trabalhar.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, parabenizo todos os funcionários de função pública pela organização demonstrada. Por isso, recomeça a mobilização em nosso Estado. A UEMG deu o exemplo, enchendo as galerias desta Casa, fazendo valer a sua vontade. Agora, é a vez de vocês. Parabéns. É assim que se faz.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gil Pereira - Parabenizo o Deputado Antônio Júlio, que há muito vem trabalhando em prol dessa proposta, que será aprovada hoje. No entanto, Deputado Alberto Bejani, essa matéria depende somente desta Assembléia. O Líder do Governo, Deputado Antônio Andrade, já declarou que o Governador é favorável à PEC nº 39. Muito obrigado.

O Deputado Agostinho Patrús* - Sr. Presidente, associe-me, neste momento, a todos os Deputados desta Casa, da Oposição ou da Situação, que se reúnem para dizer que seria o maior absurdo o Estado chamar as pessoas para trabalhar, há 11, 12, 15, 17 anos ou mais, e depois dizer-lhes que devem voltar para casa, sem direito a nada. A Assembléia certamente fará justiça. Deputado Antônio Júlio, V. Exa. teve o mérito e a lucidez de apresentar essa proposta. Estaremos unidos em torno da justiça, a favor dos funcionários. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, farei um esclarecimento. Quando usei a expressão "sancionar", quis dizer que a sanção é do Presidente desta Casa. O que indaguei - e não ouvi resposta, nobre Deputado - é se o Governador já fez contato com V. Exa., dizendo que pagaria aos funcionários as férias-prêmio e os quinquênios atrasados.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, a Assembléia tem sempre, nos momentos mais difíceis, encontrado soluções para problemas graves por que tem passado o Estado, como o da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. A Assembléia encontrou a fórmula para resolver o impasse. Posteriormente, veio a questão da UEMG, que mobilizou os estudantes. Esta Casa se sobrepôs à ação do Executivo, encontrou uma solução e se manifestou por meio do voto. Agora esse problema da função pública encontra uma solução que nasceu aqui. O Governo está aderindo a ela. Digo isso, Sr. Presidente, porque essa proposta terá aprovação unânime.

Aproveitando este momento, dirijo-me ao Presidente, aos prezados colegas e às galerias. A partir deste momento, devemos olhar para milhares de servidores que, a partir da aprovação dessa proposta, que não os atende, sofrerão o que sofreram durante todos esses anos. Estou referindo-me às professoras designadas, aos servidores contratados, que trabalham por 8, 10, 12 anos, e, como vocês, não têm direito a nada.

Depois desse tempo de trabalho, esses funcionários são descartados pelo Estado. E aqui não falo de Governos, falo do Estado, porque ninguém é empregado de Governador; todos são servidores públicos da sociedade mineira e assim têm que ser tratados.

Sr. Presidente, fazemos um apelo a quem conduziu tão bem o trabalho de solução do problema da função pública, assumo também, para um encaminhamento satisfatório, a questão dos funcionários contratados e designados do Estado.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - A Presidência, respondendo ao Deputado Antônio Carlos Andrada, esclarece que o Projeto de Lei nº 1.431/2001, que trata da questão relativa à área de educação está pronto e deverá entrar na pauta na próxima quarta-feira, para que possamos promover grande discussão, resolvendo essa situação que aflige grande parte dos funcionários da área de educação.

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, fiz pequena reflexão e, diante do que os colegas estão dizendo e da manifestação do público, concluo que há total falência do Estado. Não poderíamos estar vivendo esse clima. O Estado já deveria ter promovido concurso, resolvido o problema desses funcionários.

Existem três caminhos para a contratação: concurso público, cargo em comissão e técnico de notória especialização. Agora, estamos criando outro mecanismo de contratação, que é por proposta de emenda à Constituição. Espero que a Assembléia institua mecanismos para que daqui a dez anos não venha nova leva de funcionários pleitear soluções. Temos que obrigar o Estado a realizar concurso e prover o Estado, de forma legal, de funcionários, evitando manifestações como essa. Acredito que essas manifestações levem a Casa a refletir para que impeçamos o Estado de fazer contratações em caráter precário, para depois efetivar as pessoas por meio de proposta de emenda à Constituição. Muito obrigado.

O Deputado Ermano Batista* - Sr. Presidente, ao longo da história, leis com a dimensão dessa proposta de V. Exa. têm tomado o nome do autor: Lei Rouanet, Lei Suplicy, Lei Pelé, enfim, outros que tiveram a mesma grandeza de V. Exa., apresentando propostas como essa. E essa proposta não será, sem dúvida alguma, a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, será a Proposta de Emenda à Constituição Antônio Júlio. V. Exa. está acionando, rodando a chave não do "trem da alegria", como querem alguns insensíveis, mas do ônibus da justiça. Todo servidor público, quando presta um concurso, tem dois anos de estágio probatório. E esses servidores têm um estágio probatório de 5, 10, 20 anos. Ninguém permanece no trabalho por tanto tempo se não tiver competência.

Sr. Presidente, meus parabéns a V. Exa. e a esta Casa, porque está tendo sensibilidade e temos certeza de que a votação será unânime, em favor da Proposta de Emenda à Constituição Antônio Júlio.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V. Exa. pela autoria e apresentação da proposta de emenda à Constituição e de parabenizar o esforço e o trabalho feito por todos os sindicatos dos servidores públicos. É um esforço que já vem há muito tempo. Quero homenagear a UNSP, por meio do Tiãozinho, que muito trabalhou para que isso pudesse acontecer; a Coordenação Sindical, por meio do Renato, que muito contribuiu; o SINDIPÚBLICOS, o Sind-Saúde, enfim, todos os que se esforçaram e tornaram isso finalmente, uma realidade. Muitos Governos passados poderiam tê-lo feito, mas, infelizmente, não fizeram. Parabéns ao Presidente e aos sindicatos.

ERRATA

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DO BNDES, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 5/6/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 2/6/2001, na pág. 23, col. 1, na finalidade, acrescente-se:

"e, se possível, apresentar relatório final."